

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	8
DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	18
DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	29

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	82
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	696.715
Preferenciais	0
Total	696.715
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	29/04/2016	Dividendo	29/04/2016	Ordinária		0,00040
Reunião do Conselho de Administração	29/04/2016	Dividendo	29/04/2016	Ordinária		0,06879
Reunião do Conselho de Administração	30/05/2016	Dividendo	30/05/2016	Ordinária		0,07304
Reunião do Conselho de Administração	10/06/2016	Dividendo	10/06/2016	Ordinária		0,02153
Reunião do Conselho de Administração	30/06/2016	Dividendo	30/06/2016	Ordinária		0,02548

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	2.012.702	1.948.579
1.01	Ativo Circulante	249.141	268.309
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	158.861	183.381
1.01.01.01	Caixa e Bancos	158.861	183.381
1.01.03	Contas a Receber	252	0
1.01.03.01	Clientes	252	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	24.425	21.921
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	24.425	21.921
1.01.07	Despesas Antecipadas	22	88
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	65.581	62.919
1.01.08.03	Outros	65.581	62.919
1.01.08.03.01	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	3.182	4.863
1.01.08.03.02	Partes relacionadas - clientes	61.424	55.235
1.01.08.03.03	Outros créditos	975	2.821
1.02	Ativo Não Circulante	1.763.561	1.680.270
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	393.699	372.725
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.194	1.447
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.194	1.447
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	392.322	371.139
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	114.785	108.066
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	277.537	263.073
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	183	139
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	183	139
1.02.02	Investimentos	1.322.167	1.256.923
1.02.02.01	Participações Societárias	1.322.167	1.256.923
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.322.167	1.256.923
1.02.03	Imobilizado	27.411	28.748
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	27.411	28.748
1.02.04	Intangível	20.284	21.874
1.02.04.01	Intangíveis	20.284	21.874

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	2.012.702	1.948.579
2.01	Passivo Circulante	266.809	242.082
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	14.497	20.014
2.01.01.01	Obrigações Sociais	14.497	20.014
2.01.02	Fornecedores	5.304	5.002
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.304	5.002
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.795	2.281
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.795	2.281
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a recolher	1.795	2.281
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	242.963	213.271
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	131.509	121.417
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	131.509	121.417
2.01.04.02	Debêntures	111.454	91.854
2.01.05	Outras Obrigações	2.250	1.514
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.534	608
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	0	417
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	835	174
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	699	17
2.01.05.02	Outros	716	906
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	26	26
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	690	880
2.02	Passivo Não Circulante	902.966	866.462
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	896.086	859.728
2.02.01.02	Debêntures	896.086	859.728
2.02.02	Outras Obrigações	6.481	6.622
2.02.02.02	Outros	6.481	6.622
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	6.481	6.622
2.02.04	Provisões	399	112
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	399	112
2.03	Patrimônio Líquido	842.927	840.035
2.03.01	Capital Social Realizado	696.715	696.715
2.03.02	Reservas de Capital	4.781	4.317
2.03.02.04	Opções Outorgadas	4.781	4.317
2.03.04	Reservas de Lucros	117.723	139.003
2.03.04.01	Reserva Legal	117.723	117.723
2.03.04.10	Reservas de dividendos	0	21.280
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	23.708	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	45.092	91.325	47.777	94.911
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-23.442	-46.578	-23.110	-53.934
3.03	Resultado Bruto	21.650	44.747	24.667	40.977
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	108.990	237.140	78.466	175.017
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.405	-14.622	-13.020	-14.311
3.04.02.01	Amortização de ágio de investimentos	-1.349	-2.640	-1.292	-2.583
3.04.02.02	Despesas operacionais, gerais e administrativas	-7.056	-11.982	-11.728	-11.728
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-9	-17	4	22
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	117.404	251.779	91.482	189.306
3.04.06.01	Equivalência Patrimonial	106.049	229.069	81.270	169.835
3.04.06.02	Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	11.355	22.710	10.212	19.471
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	130.640	281.887	103.133	215.994
3.06	Resultado Financeiro	-21.269	-50.186	-22.659	-51.319
3.06.01	Receitas Financeiras	18.460	37.237	12.889	25.725
3.06.02	Despesas Financeiras	-39.729	-87.423	-35.548	-77.044
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	109.371	231.701	80.474	164.675
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.579	-2.233	771	5.124
3.08.01	Corrente	-1.478	-1.980	0	0
3.08.02	Diferido	-101	-253	771	5.124
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	107.792	229.468	81.245	169.799
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	107.792	229.468	81.245	169.799
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,15471	0,32936	0,11661	0,24371

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	107.792	229.468	81.245	169.799
4.03	Resultado Abrangente do Período	107.792	229.468	81.245	169.799

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	33.241	6.094
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	45.410	51.650
6.01.01.01	Lucro Líquido	229.468	169.799
6.01.01.02	Depreciação e amortização	5.920	5.760
6.01.01.03	Amortização e ágio em investimentos	2.640	2.583
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	83.318	75.242
6.01.01.05	Tributos diferidos	253	-5.124
6.01.01.06	Juros sobre Contrato de Mútuo	-24.922	-7.771
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial	-251.779	-189.306
6.01.01.08	Baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	0	35
6.01.01.09	Plano de opções com base em ações	239	437
6.01.01.10	Constituição de provisão para perdas trabalhistas	236	0
6.01.01.11	Atualização monetária de provisão para perdas trabalhistas	51	0
6.01.01.13	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-14	-5
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-12.169	-45.556
6.01.02.01	Tributos a recuperar	-2.504	3.523
6.01.02.02	Outros créditos	1.846	-420
6.01.02.03	Fornecedores	302	-4.084
6.01.02.04	Obrigações sociais	-5.517	-1.398
6.01.02.05	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-486	449
6.01.02.06	Outras contas a pagar e despesas antecipadas	-265	-288
6.01.02.07	Imposto de renda e contribuição social	0	-1.305
6.01.02.08	Pagamento dos depósitos judiciais	-30	-32
6.01.02.09	Partes relacionadas	-5.263	-41.338
6.01.02.10	Clientes	-252	-513
6.01.02.11	Pagamento de perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	0	-150
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	186.547	-136.842
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e intangível	-2.993	-3.400
6.02.03	Dividendos recebidos	221.801	173.315
6.02.04	Transações com partes relacionadas - Mutuo	3.739	-246.482
6.02.06	Aporte de Capital - Ecopistas	0	-40.275
6.02.07	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Ecopistas	0	-20.000
6.02.08	Aporte de Capital - Ecoponte	-36.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-244.308	-167.079
6.03.01	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-227.040	-152.484
6.03.03	Juros Pagos	-17.268	-14.595
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-24.520	-297.827
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	183.381	337.874
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	158.861	40.047

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	696.715	4.317	139.003	0	0	840.035
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	4.317	139.003	0	0	840.035
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	464	-21.280	-205.760	0	-226.576
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	464	0	0	0	464
5.04.06	Dividendos	0	0	-21.280	-205.760	0	-227.040
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	229.468	0	229.468
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	229.468	0	229.468
5.07	Saldos Finais	696.715	4.781	117.723	23.708	0	842.927

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	696.715	2.995	105.467	0	0	805.177
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	2.995	105.467	0	0	805.177
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	828	-6.794	-145.690	0	-151.656
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	828	0	0	0	828
5.04.06	Dividendos	0	0	-6.794	-131.347	0	-138.141
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-14.343	0	-14.343
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	169.799	0	169.799
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	169.799	0	169.799
5.07	Saldos Finais	696.715	3.823	98.673	24.109	0	823.320

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	102.878	106.875
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	102.878	106.875
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-10.125	-10.466
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-6.981	-10.466
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.144	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	92.753	96.409
7.04	Retenções	-8.560	-8.342
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.920	-5.759
7.04.02	Outras	-2.640	-2.583
7.04.02.01	Amortização de Investimentos	-2.640	-2.583
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	84.193	88.067
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	289.016	215.031
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	251.779	189.306
7.06.02	Receitas Financeiras	37.237	25.725
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	373.209	303.098
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	373.209	303.098
7.08.01	Pessoal	41.081	48.001
7.08.01.01	Remuneração Direta	33.966	40.608
7.08.01.02	Benefícios	4.084	5.140
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.031	2.253
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	13.786	6.839
7.08.02.01	Federais	11.750	4.710
7.08.02.03	Municipais	2.036	2.129
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	88.874	78.459
7.08.03.01	Juros	46.774	32.847
7.08.03.02	Aluguéis	1.451	1.416
7.08.03.03	Outras	40.649	44.196
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	229.468	169.799
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	14.343
7.08.04.02	Dividendos	205.760	131.347
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	23.708	24.109

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	5.348.669	5.253.875
1.01	Ativo Circulante	942.814	905.372
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	693.507	664.295
1.01.01.01	Caixa e Bancos	693.507	664.295
1.01.03	Contas a Receber	125.154	131.390
1.01.03.01	Clientes	125.154	131.390
1.01.06	Tributos a Recuperar	37.158	25.686
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	37.158	25.686
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.690	5.992
1.01.07.01	Prêmios e Seguros a Apropriar	3.690	5.992
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	83.305	78.009
1.01.08.03	Outros	83.305	78.009
1.01.08.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	55.395	49.666
1.01.08.03.03	Outros créditos	7.822	10.743
1.01.08.03.04	Partes relacionadas	20.088	17.600
1.02	Ativo Não Circulante	4.405.855	4.348.503
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	502.898	482.480
1.02.01.03	Contas a Receber	1.946	1.877
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.946	1.877
1.02.01.06	Tributos Diferidos	135.848	136.297
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	135.848	136.297
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	165	190
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	277.537	263.073
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	277.537	263.073
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	87.402	81.043
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	87.402	81.043
1.02.03	Imobilizado	147.177	156.920
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	147.177	156.920
1.02.04	Intangível	3.755.780	3.709.103
1.02.04.01	Intangíveis	3.755.780	3.709.103

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	5.348.669	5.253.875
2.01	Passivo Circulante	1.179.050	1.267.576
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	35.184	42.126
2.01.01.01	Obrigações Sociais	35.184	42.126
2.01.02	Fornecedores	61.697	54.224
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	61.697	54.224
2.01.03	Obrigações Fiscais	23.247	25.900
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	23.247	25.900
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	23.247	25.900
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	914.734	989.982
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	437.691	484.814
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	437.691	484.814
2.01.04.02	Debêntures	476.953	505.168
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	90	0
2.01.04.03.01	Arrendamento Mercantil	90	0
2.01.05	Outras Obrigações	37.721	40.926
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.642	9.427
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	752	219
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	3.890	9.208
2.01.05.02	Outros	33.079	31.499
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	26	26
2.01.05.02.04	Obrigações com o poder concedente	22.185	20.986
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	10.868	10.487
2.01.06	Provisões	106.467	114.418
2.01.06.02	Outras Provisões	106.467	114.418
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	37.413	55.869
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras futuras	44.786	43.227
2.01.06.02.06	Provisão para imposto de renda e contribuição social	24.268	15.322
2.02	Passivo Não Circulante	3.263.024	3.090.285
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.854.334	2.708.271
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	418.726	367.539
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	418.726	367.539
2.02.01.02	Debêntures	2.435.529	2.340.732
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	79	0
2.02.01.03.01	Arrendamento Mercantil	79	0
2.02.02	Outras Obrigações	43.069	48.231
2.02.02.02	Outros	43.069	48.231
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	27.237	26.110
2.02.02.02.05	Obrigações com o poder concedente	15.832	22.121
2.02.03	Tributos Diferidos	20.672	21.388
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	20.672	21.388
2.02.04	Provisões	344.949	312.395
2.02.04.02	Outras Provisões	344.949	312.395
2.02.04.02.05	Provisões para perda tributárias, trabalhistas e cíveis	85.599	81.180
2.02.04.02.06	Provisões para manutenção	212.127	179.574
2.02.04.02.07	Provisões para construção de obras futuras	47.223	51.641

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	906.595	896.014
2.03.01	Capital Social Realizado	696.715	696.715
2.03.02	Reservas de Capital	4.781	4.317
2.03.02.04	Opções Outorgadas	4.781	4.317
2.03.04	Reservas de Lucros	117.723	139.003
2.03.04.01	Reserva Legal	117.723	117.723
2.03.04.10	Reserva de dividendos	0	21.280
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	23.708	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	63.668	55.979

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	603.368	1.211.747	510.629	1.048.142
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-302.595	-566.402	-261.884	-531.409
3.03	Resultado Bruto	300.773	645.345	248.745	516.733
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-27.255	-53.018	-27.240	-43.363
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-27.307	-53.051	-27.241	-43.381
3.04.02.02	Despesas operacionais, gerais e administrativas	-27.307	-53.051	-27.241	-43.381
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	52	33	1	18
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	273.518	592.327	221.505	473.370
3.06	Resultado Financeiro	-104.303	-225.606	-95.350	-216.586
3.06.01	Receitas Financeiras	36.460	86.501	24.660	44.034
3.06.02	Despesas Financeiras	-140.763	-312.107	-120.010	-260.620
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	169.215	366.721	126.155	256.784
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-58.794	-128.613	-43.179	-83.864
3.08.01	Corrente	-58.661	-128.880	-43.485	-91.684
3.08.02	Diferido	-133	267	306	7.820
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	110.421	238.108	82.976	172.920
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	110.421	238.108	82.976	172.920
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	107.792	229.468	81.245	169.799
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.629	8.640	1.731	3.121
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,15471	0,32936	0,11661	0,24371

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	110.421	238.108	82.976	172.920
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	110.421	238.108	82.976	172.920
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	107.792	229.468	81.245	169.799
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.629	8.640	1.731	3.121

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	642.984	481.076
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	691.871	596.350
6.01.01.01	Lucro Líquido	238.108	172.920
6.01.01.02	Depreciação e amortização	149.529	132.755
6.01.01.03	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	261.578	238.041
6.01.01.04	Variação monetária com o Poder Concedente	3.670	3.632
6.01.01.05	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-3.329	-3.080
6.01.01.06	Baixa do ativo imobilizado e intangível	501	347
6.01.01.07	Constituição de provisão para manutenção e construção de obras futuras	42.386	43.736
6.01.01.08	Atualização monetária sobre provisão para manutenção e construção de obras futuras	15.068	10.841
6.01.01.09	Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	-32	-1.092
6.01.01.10	Plano de opções com base em ações	464	828
6.01.01.11	Tributos diferidos	-267	-7.820
6.01.01.12	Capitalização de juros	-554	-10
6.01.01.13	Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	1.200	5.333
6.01.01.14	Atualização monetária de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	4.927	4.602
6.01.01.15	Levantamento dos depósitos judiciais	535	82
6.01.01.16	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-4.897	-4.765
6.01.01.17	Juros ativos de mútuos	-17.016	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-48.887	-115.274
6.01.02.01	Clientes	6.268	4.666
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-11.472	1.797
6.01.02.03	Despesas antecipadas	2.327	-4.007
6.01.02.04	Outros créditos	2.852	-7.761
6.01.02.05	Fornecedores	7.473	-13.229
6.01.02.06	Obrigações sociais e trabalhistas	-6.942	-3.734
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-2.653	-2.082
6.01.02.08	Outras contas a pagar	1.508	-657
6.01.02.09	Imposto de renda e contribuição social	8.946	-15.619
6.01.02.10	Partes relacionadas	-7.273	-3.207
6.01.02.11	Pagamento dos depósitos judiciais	-1.997	-15.550
6.01.02.12	Pagamento de perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-1.708	-3.958
6.01.02.13	Pagamento de manutenção e construção de obras	-46.216	-51.933
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-184.809	-424.352
6.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	-186.410	-172.772
6.02.02	Partes Relacionadas - Mútuos	2.552	-248.933
6.02.04	Acionistas não controladores	-951	-2.647
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-428.963	-263.968
6.03.01	Títulos e valores mobiliários	-2.400	6.031
6.03.02	Credor pela concessão	-8.760	-8.218
6.03.03	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures - terceiros	253.241	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.03.04	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - terceiros	-281.623	-23.132
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-227.040	-152.484
6.03.07	Juros pagos	-162.381	-86.165
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	29.212	-207.244
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	664.295	505.233
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	693.507	297.989

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	696.715	4.317	139.003	0	0	840.035	55.979	896.014
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	4.317	139.003	0	0	840.035	55.979	896.014
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	464	-21.280	-205.760	0	-226.576	-951	-227.527
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	464	0	0	0	464	25	489
5.04.06	Dividendos	0	0	-21.280	-205.760	0	-227.040	-976	-228.016
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	229.468	0	229.468	8.640	238.108
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	229.468	0	229.468	8.640	238.108
5.07	Saldos Finais	696.715	4.781	117.723	23.708	0	842.927	63.668	906.595

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	696.715	2.995	105.467	0	0	805.177	2.694	807.871
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	2.995	105.467	0	0	805.177	2.694	807.871
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	828	-6.794	-145.690	0	-151.656	-2.647	-154.303
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	828	0	0	0	828	9	837
5.04.06	Dividendos	0	0	-6.794	-131.347	0	-138.141	-2.656	-140.797
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-14.343	0	-14.343	0	-14.343
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	169.799	0	169.799	3.121	172.920
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	169.799	0	169.799	3.121	172.920
5.07	Saldos Finais	696.715	3.823	98.673	24.109	0	823.320	3.168	826.488

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	1.322.920	1.141.197
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.119.534	906.902
7.01.02	Outras Receitas	42.950	49.328
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	160.436	184.967
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-345.639	-334.636
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-324.863	-319.642
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-20.776	-14.994
7.03	Valor Adicionado Bruto	977.281	806.561
7.04	Retenções	-149.529	-132.754
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-149.529	-132.754
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	827.752	673.807
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	86.501	44.034
7.06.02	Receitas Financeiras	86.501	44.034
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	914.253	717.841
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	914.253	717.841
7.08.01	Pessoal	116.810	101.775
7.08.01.01	Remuneração Direta	90.644	81.496
7.08.01.02	Benefícios	19.406	16.414
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.760	3.865
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	239.781	176.885
7.08.02.01	Federais	180.318	127.964
7.08.02.03	Municipais	59.463	48.921
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	319.554	266.261
7.08.03.01	Juros	151.142	104.686
7.08.03.02	Aluguéis	7.456	5.641
7.08.03.03	Outras	160.956	155.934
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	238.108	172.920
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	14.343
7.08.04.02	Dividendos	205.760	131.347
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	23.708	24.109
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	8.640	3.121

EcoRodovias Concessões anuncia resultados do 2T16

Lucro Líquido atinge R\$107,8 milhões, crescimento de 32,8%

São Bernardo do Campo, 11 de agosto de 2016 – EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. anuncia seus resultados referentes ao segundo trimestre de 2016 (2T16) e primeiro semestre de 2016 (1S16). As informações financeiras e operacionais são apresentadas de acordo com – as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, bem como as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros – IFRS e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao segundo trimestre de 2015 (2T15) e primeiro semestre de 2015 (1S15).

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- O volume de tráfego consolidado no 2T16 foi de 69.497 mil veículos equivalentes pagantes crescimento de 26,4% comparado ao 2T15, devido ao tráfego da ECO101 e Ecoponte, empresas incorporadas a partir de 23 de dezembro de 2015.
- O EBITDA, no 2T16, foi de R\$348,9 milhões, margem EBITDA de 57,8%. O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$374,0 milhões com margem EBITDA de 73,7%.

Destaques (em milhões de R\$)	2T16	2T15	Var.	1S16	1S15	Var.
Volume de tráfego ¹	69.497	54.992	26,4%	143.306	111.802	28,2%
Tarifa média ²	8,20	8,04	2,0%	8,25	8,11	1,7%
Receita líquida	603,3	510,6	18,2%	1.211,7	1.048,1	15,6%
Lucro líquido	107,8	81,2	32,8%	229,5	169,8	35,2%
EBITDA Pró-forma ³	374,0	311,3	20,1%	784,2	649,9	20,7%
Margem EBITDA Pró-forma ³	73,7%	73,8%	-0,1 p.p.	74,6%	75,3%	-0,7p.p.
Capex	134,6	124,8	7,9%	229,3	228,0	0,6%

¹ Em milhares de veículos equivalentes pagantes

² Em Reais

³ Exclui Receita e Custo de Construção, Provisão para Manutenção

COMPANHIA

A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (“EcoRodovias Concessões” ou “Companhia”) é a empresa do Grupo EcoRodovias que, além de prestar serviços administrativos, financeiros, recursos humanos, tecnologia da informação e engenharia às empresas do Grupo, é a acionista direta das concessionárias de rodovias: Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas, Ecovia Caminho do Mar, Ecocataratas, Ecosul, ECO101 e Ecoponte. No semestre findo em 30 de junho de 2016, registramos a passagem de 143,3 milhões de

Comentário do Desempenho

veículos equivalentes pagantes nas 7 concessionárias. Nossas rodovias possuem o diferencial de estarem estrategicamente posicionadas nos principais corredores de exportação/importação e de circulação de bens para o mercado interno, de produção, de consumo e de turismo do País.

ANÁLISE DO RESULTADO

VOLUME DE TRÁFEGO

VOLUME DE TRÁFEGO (veículos equivalentes pagantes x mil)						
	2T16	2T15	Var.	1S16	1S15	Var.
Comercial						
Ecovias dos Imigrantes	6.744	7.315	-7,8%	13.470	14.260	-5,5%
Ecopistas	5.805	7.412	-21,7%	11.512	15.206	-24,3%
Ecovia Caminho do Mar	3.211	2.930	9,6%	6.375	5.482	16,3%
Ecocataratas	4.262	3.971	7,3%	8.732	8.186	6,7%
Ecosul Rodovias do Sul	6.186	5.912	4,6%	10.321	10.404	-0,8%
ECO101	7.297	-	n.m.	14.923	-	n.m.
Ecoponte	1.146	-	n.m.	2.284	-	n.m.
Total	34.651	27.540	25,8%	67.617	53.538	26,3%
Passeio						
Ecovias dos Imigrantes	7.601	7.963	-4,5%	17.132	17.350	-1,3%
Ecopistas	13.351	14.587	-8,5%	28.281	29.852	-5,3%
Ecovia Caminho do Mar	835	923	-9,5%	2.316	2.421	-4,3%
Ecocataratas	2.149	2.296	-6,4%	4.787	4.984	-4,0%
Ecosul Rodovias do Sul	1.471	1.683	-12,6%	3.415	3.657	-6,6%
ECO101	3.607	-	n.m.	8.112	-	n.m.
Ecoponte	5.831	-	n.m.	11.646	-	n.m.
Total	34.846	27.452	26,9%	75.689	58.264	29,9%
Comercial + Passeio						
Ecovias dos Imigrantes	14.345	15.278	-6,1%	30.602	31.610	-3,2%
Ecopistas	19.156	21.999	-12,9%	39.793	45.058	-11,7%
Ecovia Caminho do Mar	4.046	3.853	5,0%	8.691	7.903	10,0%
Ecocataratas	6.411	6.267	2,3%	13.519	13.170	2,6%
Ecosul Rodovias do Sul	7.658	7.595	0,8%	13.736	14.061	-2,3%
ECO101	10.904	-	n.m.	23.035	-	n.m.
Ecoponte	6.977	-	n.m.	13.930	-	n.m.
VOLUME DE TRÁFEGO CONSOLIDADO	69.497	54.992	26,4%	143.306	111.802	28,2%
VOLUME DE TRÁFEGO CONSOLIDADO (Ex-ECO101 e Ecoponte)	51.616	54.992	-6,1%	106.341	111.802	-4,9%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

Comentário do Desempenho

O tráfego consolidado de veículos equivalentes pagantes apresentou crescimento de 26,4% no 2T16. Excluindo o tráfego da ECO101 e Ecoponte, que passaram a ser controladas pela Companhia em 23 de dezembro de 2015, houve redução de 6,1%. Importante destacar que, as concessionárias que tiveram a maior queda de tráfego, ECO101 e Ecopistas, são as que possuem as menores tarifas de pedágio.

Veículos Comerciais – crescimento de 25,8% no 2T16 impactados positivamente pela consolidação da ECO101 e Ecoponte a partir de 23 de dezembro de 2015 e negativamente pela não cobrança do eixo suspenso e arrefecimento da economia. Excluindo a ECO101 e Ecoponte, houve redução de 4,8%. As concessionárias Ecovia Caminho do Mar, Ecocataratas e Ecosul tiveram o tráfego influenciado positivamente pelo aumento das exportações de soja e milho nos portos de Paranaguá e Rio Grande e pelo retorno da cobrança do eixo suspenso a partir de 8 de setembro de 2015 para as concessionárias Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas. As concessionárias Ecovias, Ecopistas e Eco101 tiveram o tráfego influenciado pelo arrefecimento da economia e retração da produção industrial. A Ecosul foi impactada pela isenção do eixo suspenso (esse efeito está compensado na tarifa dessa concessão).

Veículos de Passeio – crescimento de 26,9% no 2T16 impactados positivamente pela consolidação da ECO101 e Ecoponte a partir de 23 de dezembro de 2015. Excluindo o tráfego da ECO101 e Ecoponte, houve redução de 7,4%. O tráfego das concessionárias Ecovias dos Imigrantes, Ecovia Caminho do Mar, Ecosul e Ecocataratas também foi influenciado pelas baixas temperaturas que inibiu o fluxo de turistas com destino aos litorais dos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul e região turística de Foz do Iguaçu e pelo arrefecimento da economia. A Ecopistas teve redução no tráfego devido à queda da atividade industrial na região, que afetou o fluxo de veículos de passeio.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (em R\$/ veículos equivalentes pagantes)	2T16	2T15	Var.	1S16	1S15	Var.
Ecovias dos Imigrantes	14,11	13,53	4,3%	14,26	13,60	4,9%
Ecopistas	3,03	2,73	11,0%	3,03	2,73	11,0%
Ecovia Caminho do Mar	15,71	14,76	6,4%	15,89	14,95	6,3%
Ecocataratas	10,96	10,04	9,2%	10,96	10,06	8,9%
Ecosul	10,01	7,33	36,6%	9,97	7,35	35,6%
ECO101	3,83	-	n.m.	3,78	-	n.m.
Ecoponte	3,80	-	n.m.	3,75	-	n.m.
Consolidado	8,20	8,04	2,0%	8,25	8,11	1,7%

Nota: o cálculo da Tarifa Média Consolidada é realizado através da média ponderada das tarifas médias de cada concessionária.

A tarifa média consolidada apresentou redução de 3,9% no período devido, principalmente, a ECO101 e Ecoponte, que passaram a ser controladas pela Companhia em 23 de dezembro de 2015 e possuem tarifas menores. Excluindo a consolidação dessas duas concessionárias a tarifa média atingiu R\$9,12, com crescimento de 13,4%.

Comentário do Desempenho

Em dezembro de 2015, foram aprovados os reajustes contratuais das tarifas básicas de 7,2% na Ecovia Caminho do Mar e 9,4% na Ecocataratas, acima dos índices contratuais do período, devido a degraus tarifários de aditivos contratuais de anos anteriores.

Em janeiro de 2016, foi aprovado reajuste das tarifas de pedágio na Ecosul composto pelo reajuste anual previsto em contrato de 6,6%, a repactuação contratual de 30 de dezembro de 2013, que altera o multiplicador do eixo do veículo comercial de 1,9 para 2,0 em 2016, degraus tarifários de 2,5% (aditivo em 2015) e 1,2% (aditivo em 2016, no valor de R\$16,2 milhões) e reequilíbrio gerado pela não cobrança do eixo suspenso de 18,1%, totalizando um reajuste de 31,1% para os veículos de passeio e reajuste de 38,6% para os veículos comerciais.

Em maio de 2016, foi aprovado o reajuste da tarifa de pedágio da ECO101 em 6,7%. Em junho de 2016, foi aprovado o reajuste da tarifa de pedágio da Ecoponte em 9,5% pelo IPCA.

Adicionalmente, em julho de 2016 foi aplicado o reajuste de 9,3% nas tarifas de pedágio das concessionárias Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas pelo IPCA. No caso do reajuste contratual da Ecovias dos Imigrantes, será aplicado o menor dos índices entre IGP-M e IPCA e quando for aplicado o IPCA, a diferença entre os índices será apurada a cada dois anos e compensada através de extensão de prazo da concessão.

RECEITA BRUTA

A receita bruta consolidada totalizou R\$657,2 milhões e R\$1.322,9 milhões, crescimento de 18,2% no 2T16 e 15,9% no 1S16, respectivamente.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2T16	2T15	Var.	1S16	1S15	Var.
Receitas de Pedágio:	539,2	442,3	21,9%	1.119,5	906,9	23,4%
Ecovias dos Imigrantes	202,4	206,7	-2,1%	436,5	430,0	1,5%
Ecopistas	58,1	60,2	-3,5%	120,6	123,2	-2,1%
Ecovia Caminho do Mar	63,6	56,9	11,8%	138,1	118,1	16,9%
Ecocataratas	70,3	62,9	11,0%	148,2	132,5	11,8%
Ecosul	76,6	55,6	37,8%	136,9	103,1	32,8%
ECO101	41,7	-	100,0%	87,0	-	100,0%
Ecoponte	26,5	-	100,0%	52,2	-	100,0%
Receitas Acessórias	19,4	16,2	17,3%	36,7	31,9	15,0%
Receita de Construção	95,8	88,6	19,3%	160,4	185,0	-13,3%
Receita de Serviços	2,8	9,1	-69,7%	6,3	17,4	-63,8%
Total	657,2	556,2	18,2%	1.322,9	1.141,2	15,9%

Receita de Pedágio - crescimento de 21,9% no 2T16, resultante do reajuste contratual nas tarifas de pedágio e aumento do volume de tráfego pela incorporação da ECO101 e Ecoponte a partir de 23 de dezembro de 2015.

Comentário do Desempenho

Receita Acessória – incremento de 19,8% no 2T16, em função da incorporação das concessionárias ECO101 e Ecoponte a partir de 23 de dezembro de 2015.

Receita de Construção – crescimento de 8,1% devido, principalmente, pela incorporação das concessionárias ECO101 e Ecoponte.

Receita de Serviços – redução de 69,2% devido a menor eliminação de receitas de serviços prestados para as concessionárias ECO101 e Ecoponte.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS e ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas administrativas totalizaram R\$329,9 milhões, com crescimento de 14,1%. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$133,6 milhões, com aumento de 20,7% no 2T16, basicamente pela incorporação dos custos e despesas administrativas das empresas ECO101 e Ecoponte, incorporadas a partir de 23 de dezembro de 2015. Desconsiderando os custos caixa das empresas incorporadas, os custos caixa atingiram R\$101,4 milhões, uma redução de 8,4% quando comparado aos R\$110,7 milhões do 2T15, abaixo da inflação do período.

Custos operacionais e despesas administrativas						
(em milhões de R\$)	2T16	2T15	Var.	1S16	1S15	Var.
Pessoal	58,9	54,3	8,5%	116,8	101,8	14,7%
Conservação e manutenção	20,4	14,3	42,7%	38,4	31,5	21,9%
Serviços de terceiros	25,1	18,0	39,4%	50,7	34,1	48,7%
Poder Concedente, Seguros e Locações	16,7	12,4	34,7%	33,8	25,0	35,2%
Outros	12,5	11,7	6,8%	27,5	20,9	31,6%
Custos Caixa	133,6	110,7	20,7%	267,2	213,3	25,3%
Depreciação/Amortização	75,4	67,0	12,5%	149,5	132,8	12,6%
Provisão Manutenção	25,1	22,8	10,1%	42,4	43,7	-3,0%
Custo de Construção	95,8	88,6	8,1%	160,4	185,0	-13,3%
TOTAL	329,9	289,1	14,1%	619,5	574,8	7,8%

EBITDA

O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$374,0 milhões com margem EBITDA de 73,7%.

O EBITDA totalizou R\$348,9 milhões no 2T16, crescimento de 20,9%. A margem EBITDA atingiu 57,8% no 2T16, aumento de 1,3 pontos percentuais em relação ao 2T15, devido, principalmente, à incorporação das empresas ECO101 e Ecoponte a partir de 23 de dezembro de 2015.

Comentário do Desempenho

EBITDA						
(em milhões de R\$)	2T16	2T15	Var.	1S16	1S15	Var.
Lucro líquido	107,8	81,2	32,8%	229,5	169,8	35,2%
Imposto de renda e contribuição social	58,8	43,2	36,1%	128,6	83,9	53,3%
Resultado financeiro	104,3	95,4	9,3%	225,6	216,6	4,2%
Depreciação e amortização	75,4	67,0	12,5%	149,5	132,8	12,6%
Participação de minoritários	2,6	1,7	52,9%	8,6	3,1	177,4%
EBITDA	348,9	288,5	20,9%	741,8	606,2	22,4%
Margem EBITDA	57,8%	56,5%	1,3 p.p.	61,2%	57,8%	3,4 p.p.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido no 2T16 foi negativo em R\$104,3 milhões, crescimento de 9,3% quando comparado com R\$95,4 milhões do 2T15.

Resultado financeiro						
(em milhões de R\$)	2T16	2T15	Var.	1S16	1S15	Var.
Juros sobre debêntures	(51,6)	(46,5)	11,0%	(102,9)	(92,0)	11,8%
Juros sobre Financiamentos	(16,9)	(6,3)	168,3%	(48,2)	(12,7)	279,5%
Variação monetária debêntures e financiamentos	(50,8)	(53,2)	-4,7%	(106,3)	(127,8)	-16,8%
Var. monetária s/ direito de outorga	(1,6)	(1,8)	-11,1%	(3,7)	(3,6)	2,8%
Receita sobre aplicação financeira	24,2	15,6	54,1%	49,1	32,2	52,5%
Ajuste a valor presente ICPC-01	(7,5)	(5,3)	43,4%	(15,1)	(10,8)	39,8%
Outros efeitos financeiros	(0,1)	2,1	-104,8%	(1,5)	(1,9)	-178,9%
TOTAL	(104,3)	(95,4)	9,3%	(225,6)	(216,6)	4,2%

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido apresentado totalizou R\$107,8 milhões no 2T16, que representa crescimento de 32,8% em relação aos R\$81,2 milhões do 2T15.

ENDIVIDAMENTO

A EcoRodovias Concessões encerrou junho de 2016 com saldo de caixa, bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários vinculados de R\$748,9 milhões. O endividamento financeiro bruto da EcoRodovias Concessões (composto por empréstimos, financiamentos, notas promissórias, debêntures e credor pela concessão) atingiu R\$3.807,1 milhões em 30 de junho de 2016 e o endividamento financeiro líquido (dívida líquida sem considerar o saldo de credor pela concessão), foi de R\$3.020,2 aumento de 1,2% quando comparado com 31 de dezembro de 2015.

Comentário do Desempenho

ENDIVIDAMENTO (em milhões de R\$)	30/06/2016	31/12/2015	Var.
Concessões Rodoviárias			
Curto Prazo	914,7	990,0	-7,6%
Empréstimos e financiamentos	437,8	484,8	-9,7%
Debêntures	476,9	505,2	-5,6%
Longo Prazo	2.854,3	2.708,3	5,4%
Empréstimos e financiamentos	418,8	367,6	13,9%
Debêntures	2.435,5	2.340,7	4,1%
Endividamento Financeiro Bruto¹	3.769,0	3.698,3	1,9%
Credor pela Concessão	38,0	43,1	-11,8%
Endividamento Bruto	3.807,0	3.741,4	1,8%
Caixa e equivalentes de caixa	748,9	714,0	4,9%
Dívida Líquida	3.058,1	3.027,4	1,0%
Endividamento Financeiro Líquido¹	3.020,1	2.984,3	1,2%

¹ Exclui a dívida com o credor pela concessão

CAPEX

O Capex realizado pela EcoRodovias Concessões totalizou R\$134,6 milhões no 2T16. Os principais investimentos realizados foram investimentos iniciais em pavimentação, conservação especial e aquisição de hardwares. Conforme os critérios de contabilização estabelecidos pelas normas contábeis (IFRS/ICPC), para as concessões de rodovias, os investimentos são contabilizados como Custo de Construção (Ativo Intangível) ou Custo de Manutenção (Provisão para Manutenção).

CAPEX (em milhões de R\$)	2T16			1S16		
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
Concessões Rodoviárias	109,2	25,0	134,2	184,0	42,3	226,3
Ecovias dos Imigrantes	19,7	9,4	29,1	33,0	16,7	49,7
Ecopistas	23,2	1,4	24,6	39,0	2,8	41,8
Ecovia Caminho do Mar	2,3	1,7	4,0	10,4	1,7	12,1
Ecocataratas	11,7	8,4	20,1	15,4	17,6	33,0
Ecosul - Rodovias do Sul	18,3	2,0	20,3	35,0	3,5	38,5
Eco101	17,4	-	17,4	29,7	-	29,7
Ecoponte	16,6	-	16,6	21,5	-	21,5
EcoRodovias Conc. e Serviços	2,5	-	2,5	3,0	-	3,0
CONSOLIDADO	111,7	22,9	134,6	187,0	42,3	229,3

Comentário do Desempenho

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2016: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”). Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$357,8 mil. A Companhia não contratou os auditores independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (“EcoRodovias Concessões” ou “Companhia”) tem por objetivo participar em outras Companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além de prestar serviços: administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes (SP-160), km 28,5. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

As controladas diretas da Companhia estão sumariadas na Nota Explicativa nº 10.

A conclusão e emissão das informações trimestrais para o período findo em 30 de junho de 2016 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 02 de agosto de 2016.

2. Base de elaboração, apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais e ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamentos não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (doravante denominadas de “demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015”), publicadas no dia 16 de março de 2016 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo, Diário de Notícias e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br, www.bmfbovespa.com.br e www.ecorodovias.com/ri.

Notas Explicativas

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.g às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014. Para os pronunciamento e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.g às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, não há impactos relevantes para a Companhia e subsidiárias.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	1.319	99	6.304	27.251
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento (a)	157.542	109.993	655.797	484.348
Aplicações compromissadas (b)	-	73.101	10.302	141.005
Aplicações automáticas - compromissadas (c)	-	188	21.104	11.691
	158.861	183.381	693.507	664.295

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 30 de Junho de 2016 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 26,7% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 66,0% em Operações Compromissadas e 7,3 % em Letra Financeira (LF).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 100,9% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa média ponderada de 99,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.
- (c) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 10% a 20% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis, mantendo essa modalidade com a taxa média de 10,0% do CDI (aplicações com permanência entre um e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez.

Notas Explicativas

5. Títulos e valores mobiliários - vinculados

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez.

	Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
Fundo de investimento (a)	52.248	47.764
Poupança (b)	1.961	1.902
Conta corrente (c)	1.186	-
	55.395	49.666
Circulante	55.395	49.666

- (a) O Fundo de Investimento é remunerado à taxa de 98,8% do CDI e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - por estarem vinculadas ao contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia como garantia de parte do pagamento de juros e principal BNDES e de debêntures da controlada Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S/A - Ecopistas.
- (b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a controlada direta Ecopistas celebrou com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB e utilizará os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental (CCA); os valores serão corrigidos pelo índice da poupança. Há um saldo de valor correspondente contabilizado no passivo não circulante referente à obrigação.
- (c) Valores classificados como títulos e valores mobiliários - por estarem vinculados ao contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia como garantia de parte do pagamento de juros e principal BNDES da controlada Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

6. Clientes - consolidado

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	30/06/2016	31/12/2015
Pedágio eletrônico	106.591	115.329
Cupons de pedágio	8.895	8.266
Locações/arrendamentos de área	1.901	1.578
Cargas especiais	-	80
Arrendamento fibra óptica/faixa de domínio	1.173	1.725
Painéis publicitários	-	183
Outras contas a receber	6.945	4.612
(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD (a)	(351)	(383)
	125.154	131.390

- (a) A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, estabelece que a constituição do PCLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias.

Notas Explicativas

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
A vencer	124.997	131.039
Vencidos:		
Até 30 dias	9	-
De 31 a 60 dias	135	204
De 61 a 90 dias	5	76
Acima de 90 dias	8	71
Acima de 120 dias	351	383
	<u>125.505</u>	<u>131.773</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Saldo inicial	383	1.296
Constituição de PCLD no período	203	52
Valores recuperados no período	(235)	(1.158)
	<u>351</u>	<u>190</u>

Notas Explicativas

7. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
IRPJ e CSLL a recuperar	22.679	19.703	33.436	22.635
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	-	-	-
ISS a recuperar	-	-	108	55
Outros	1.746	2.218	3.614	2.996
	24.425	21.921	37.158	25.686

8. Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber - controladora

Em 30 de junho de 2016, a Companhia possui saldo a receber de R\$3.182 (R\$4.863 em 31 de dezembro de 2015) referentes a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber.

	30/06/2016	31/12/2015
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - juros sobre o capital próprio	1.902	1.775
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. - juros sobre o capital próprio	174	95
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas - juros sobre capital próprio	660	2.993
Concessionária da Ponte Rio Niterói S.A. - Ecoponte - dividendos e juros sobre o capital próprio	446	-
	3.182	4.863

A movimentação dos dividendos e juros sobre o capital próprio a receber no período findo em 30 de junho de 2016 está apresentada a seguir:

	31/12/2015	Propostos	Recebidos	30/06/2016
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	1.775	134.983	(134.856)	1.902
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	95	27.297	(27.218)	174
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	2.993	26.608	(28.941)	660
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul - Ecosul	-	8.780	(8.780)	-
Concessionária da Ponte Rio Niterói S.A. - Ecoponte	-	22.452	(22.006)	446
	4.863	220.120	(221.801)	3.182

9. Depósitos judiciais - consolidado

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Saldos iniciais	139	54	81.043	58.005
Adições	30	32	1.997	15.550
Baixas	-	-	(535)	(82)
Atualização monetária	14	5	4.897	4.765
Saldos finais	183	91	87.402	78.238

Notas Explicativas**10. Investimentos - controladora**

	Valores das investidas 30/06/2016		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência	
	Patrimônio líquido	Resultado do período	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	30/06/2015
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	368.353	113.770	100%	100%	368.353	389.566	113.770	103.266
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	62.704	43.571	100%	100%	62.704	46.430	43.571	34.247
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto - Ecopistas Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (*)	135.827	(1.837)	100%	100%	443.802	445.601	(1.837)	(6.017)
Concessionária da Ponte Rio Niteroi S.A. - Ecoponte (*)	124.732	9.748	58%	58%	78.780	73.097	5.654	-
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	130.263	21.156	100%	100%	124.732	89.997	21.156	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul - Ecosul	66.210	28.555	100%	100%	130.263	128.226	28.555	29.718
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	-	45.456	90%	90%	59.589	27.422	40.910	28.092
	-	-	-	-	53.944	56.584	-	-
					1.322.167	1.256.923	251.779	189.306

(*) Vide Nota Explicativa nº 10.a.

Notas Explicativas

A movimentação dos investimentos no período findo em 30 de junho de 2015 está apresentada a seguir:

	31/12/2014	Dividendos e JSCP propostos	Aporte de capital	AFAC	Amortização de ágio	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	30/06/2015
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	379.696	(105.369)	-	-	-	82	103.266	377.675
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	29.567	(18.942)	-	-	-	83	34.247	44.955
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	376.229	-	40.275	20.000	-	67	(6.017)	430.554
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	24.245 305.448	(23.904) (28.042)	-	-	-	75 84	28.092 29.718	28.508 307.208
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	61.856	-	-	-	(2.583)	-	-	59.273
	1.177.041	(176.257)	40.275	20.000	(2.583)	391	189.306	1.248.173

A movimentação dos investimentos no período findo em 30 de junho de 2016 está apresentada a seguir:

	31/12/2015	Dividendos e JSCP propostos	Amortização de ágio	Plano de opção com base em ações	Aporte de capital	Equivalência patrimonial	30/06/2016
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	389.566	(134.983)	-	-	-	113.770	368.353
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	46.430	(27.297)	-	-	-	43.571	62.704
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	445.601	-	-	38	-	(1.837)	443.802
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (*)	73.097	-	-	29	-	5.654	78.780
Concessionária da Ponte Rio Niteroi S.A. - Ecoponte (*)	89.997	(22.452)	-	31	36.000	21.156	124.732
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	27.422 128.226	(8.780) (26.608)	-	37 90	-	40.910 28.555	59.589 130.263
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	56.584	-	(2.640)	-	-	-	53.944
	1.256.923	(220.120)	(2.640)	225	36.000	251.779	1.322.167

(*) Vide Nota Explicativa nº 10.a.

Notas Explicativas

a) Reestruturação societária

Em 22 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração da controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. aprovou a transferência, por meio de alienação, da totalidade de suas 87.000.058 ações representativas de 58% do capital social da ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., bem como a totalidade das 120.000.000 de ações representativas de 100% do capital social da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte, para a Companhia, pelo valor de R\$70.525 e R\$87.300, respectivamente, valores contábeis das investidas em 30 de novembro de 2015, portanto sem geração de ágio. A partir dessa data, de acordo com o CPC36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, a Companhia passou a consolidar integralmente os efeitos dessas controladas.

Desde a reestruturação, as controladas Eco101 e Ecoponte contribuíram com R\$37.234 de receitas líquidas e R\$5.329 de lucros, na demonstração do resultado consolidada da Companhia. Caso a reestruturação tivesse ocorrida no início do exercício social a receita líquida consolidada da Companhia seria de R\$2.439.488 e o lucro seria de R\$398.111.

A seguir, a Companhia apresenta os ativos e passivos identificáveis das investidas na data da reestruturação (data-base 30 de novembro de 2015), que passaram a ser consolidados nas suas demonstrações financeiras:

Notas Explicativas

	Eco101	Ecoponte	30/11/2015
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	71.523	77.603	149.126
Clientes	9.468	6.900	16.368
Tributos a recuperar	1.573	370	1.943
Partes relacionadas	-	12	12
Despesas antecipadas	1.911	1.482	3.393
Outros créditos	209	244	453
Depósitos judiciais	256	-	256
Tributos diferidos	14.754	41	14.795
Imobilizado	31.272	1.012	32.284
Intangível	335.513	7.451	342.964
Total do ativo	466.479	95.115	561.594
Passivo			
Fornecedores	9.819	1.963	11.782
Impostos e contribuições a recolher	2.225	861	3.086
Empréstimos e financiamentos	316.348	-	316.348
Obrigações com poder concedente	453	236	689
Provisão para manutenção	59	-	59
Partes relacionadas	939	678	1.617
Encargos sociais a pagar	4.699	2.081	6.780
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	1.792	1.792
Outras contas a pagar	439	4	443
Provisão para manutenção	5.310	-	5.310
Provisão para perdas trabalhistas, tributárias e cíveis	64	-	64
Outras contas a pagar	4.529	201	4.730
	344.884	7.816	352.700
Total do patrimônio líquido	121.595	87.299	208.894
Total da contraprestação	70.526	87.299	157.825
Não controladores	51.069	-	51.069

Notas Explicativas

A Companhia apresenta a seguir os principais saldos de suas controladas em 30 de junho de 2016:

	Ativo			Passivo			Demonstração do resultado				Atribuível a:	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro/prejuízo operacional	Lucro/prejuízo líquido do período	Companhia	Não controladores	
Concess. Ecovias dos Imigrantes S.A. - Concess. das Rodovias	308.002	1.437.166	83.585	1.293.230	368.353	439.146	266.631	165.146	113.770	113.770	-	
Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Concess. Ecopistas	123.135	1.217.045	149.046	747.332	443.802	152.251	65.803	(2.581)	(1.837)	(1.837)	-	
Concess. Ecovia Caminho do Mar S.A. - Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas Empresa	29.880	214.382	165.928	15.630	62.704	135.546	85.901	65.259	43.571	43.571	-	
Concess. de Rodovias do Sul S.A. - Ecospil ECO101	73.586	396.216	238.473	101.066	130.263	153.678	76.376	45.395	28.555	28.555	-	
Concessionária de Rodovias S.A. - Concess. da Ponte Rio Niterói S.A. - Ecoponte	33.949	235.908	189.015	14.632	66.210	154.212	88.904	66.860	45.456	40.910	4.546	
	63.671	409.199	79.819	257.224	135.827	110.126	27.792	14.920	9.748	5.654	4.094	
	106.655	115.384	51.578	45.729	124.732	71.671	33.164	29.801	21.156	21.156	-	

Notas Explicativas

11. Imobilizado

a) Controladora

Taxas médias de depreciação - %	Custo				Depreciação				Residual	
	Saldo em 31/12/2014		Saldo em 30/06/2015		Saldo em 31/12/2014		Saldo em 30/06/2015		Saldo em 31/12/2014	
	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Adições	Baixas
18,0	15.042	-	(1)	641	15.682	(6.718)	(1.414)	(8.132)	7.550	8.324
12,0	1.003	-	-	-	1.003	(397)	(60)	(457)	546	606
10,0	1.028	29	-	-	1.057	(537)	(52)	(589)	468	491
-	2.074	-	-	-	2.074	-	-	-	2.074	2.074
4,1	8.459	-	-	-	8.459	(1.181)	(172)	(1.353)	7.106	7.278
19,4	103	-	-	-	103	(26)	(10)	(36)	67	77
8,4	1.923	360	-	5.009	7.292	(464)	(299)	(763)	6.529	1.459
7,2	12.118	978	-	(6.294)	6.802	(608)	(227)	(835)	5.967	11.510
	41.750	1.367	(1)	(644)	42.472	(9.931)	(2.234)	(12.165)	30.307	31.819

Taxas médias de depreciação - %	Custo				Depreciação				Residual	
	Saldo em 31/12/2015		Saldo em 30/06/2016		Saldo em 31/12/2015		Saldo em 30/06/2016		Saldo em 31/12/2015	
	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Adições	Baixas
17,4	15.791	75	-	-	15.866	(9.528)	(1.379)	(10.907)	4.959	6.263
10,1	1.026	-	-	-	1.026	(519)	(52)	(571)	455	507
8,5	1.073	686	-	-	1.759	(642)	(60)	(702)	1.057	431
-	2.074	2	-	-	2.076	-	-	-	2.076	2.074
4,0	8.459	-	-	-	8.459	(1.520)	(170)	(1.690)	6.769	6.939
20,9	153	-	-	-	153	(51)	(16)	(67)	86	102
10,1	7.360	50	-	-	7.410	(1.133)	(373)	(1.506)	5.904	6.227
-	2.745	115	-	-	2.860	-	-	-	2.860	2.745
9,9	4.521	9	-	-	4.530	(1.061)	(224)	(1.285)	3.245	3.460
	43.202	937	-	-	44.139	(14.454)	(2.274)	(16.726)	27.411	28.748

Notas Explicativas

b) Consolidado

Taxas médias de depreciação - %	Custo				Depreciação				Residual			
	Saldos em 31/12/2014		Saldos em 30/06/2015		Saldos em 31/12/2014		Saldos em 30/06/2015		Saldos em 30/06/2015		Saldos em 31/12/2014	
	Adições	Baixas	Transf.	Baixas	Adições	Baixas	Transf.	Baixas	Adições	Baixas	Transf.	Baixas
9,5	2.822	(1)	4	205.465	(148.794)	(9.680)	5	(158.469)	46.996	(158.469)	53.846	
8,8	28.553	234	20	28.799	(16.767)	(1.268)	-	(18.036)	10.763	(18.036)	11.786	
8,3	13.105	123	-	13.221	(6.526)	(546)	3	(7.073)	6.148	(7.073)	6.579	
-	5.433	-	-	5.433	-	-	-	-	5.433	-	5.433	
4,1	33.518	400	3	33.921	(17.561)	(692)	-	(18.362)	15.559	(18.362)	15.957	
15,1	14.888	671	(1)	15.558	(7.903)	(1.151)	-	(9.059)	6.499	(9.059)	6.985	
9,8	24.103	1.615	4.972	30.686	(4.692)	(1.469)	-	(6.160)	24.526	(6.160)	19.411	
7,1	32.553	843	(10.084)	23.106	(5.971)	(810)	-	(6.522)	16.584	(6.522)	26.582	
	354.793	6.708	(226)	356.189	(208.214)	(15.616)	8	(223.681)	132.508	(223.681)	146.579	

Taxas médias de depreciação - %	Custo				Depreciação				Residual			
	Saldos em 31/12/2015		Saldos em 30/06/2016		Saldos em 31/12/2015		Saldos em 30/06/2016		Saldos em 30/06/2016		Saldos em 31/12/2015	
	Adições	Baixas	Transf.	Baixas	Adições	Baixas	Transf.	Baixas	Adições	Baixas	Transf.	Baixas
9,7	3.492	(17)	20	242.367	(177.599)	(11.722)	17	(189.302)	53.065	(189.302)	61.273	
7,1	40.137	3.266	8	43.407	(19.636)	(1.492)	4	(21.124)	22.283	(21.124)	20.501	
8,6	16.173	853	(350)	16.638	(8.052)	(694)	22	(8.579)	8.059	(8.579)	8.121	
-	6.401	2	-	6.403	-	-	-	-	6.403	-	6.401	
4,7	33.921	-	-	33.921	(19.172)	(804)	-	(19.976)	13.945	(19.976)	14.749	
13,7	15.919	187	-	15.873	(9.765)	(1.083)	233	(10.615)	5.258	(10.615)	6.154	
10,2	29.653	767	(16)	30.404	(6.950)	(1.525)	-	(8.501)	21.903	(8.501)	22.703	
6,7	24.591	362	(293)	24.660	(7.573)	(826)	-	(8.399)	16.261	(8.399)	17.018	
	405.667	8.929	(631)	413.673	(248.747)	(18.146)	276	(266.496)	147.177	(266.496)	156.920	

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, alguns bens (do ativo imobilizado) classificados na rubrica "Outros" (caminhões e reboque) estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos (vide Nota Explicativa nº 15). Para as debêntures (vide Nota Explicativa nº 16) não existem garantias dessa natureza.

Notas Explicativas

12. Intangível

a) Controladora

Taxas médias de amortização - %	Saldos em 31/12/2014			Custo			Amortização			Residual		
	Adições	Baixas	Tranf.	Adições	Baixas	Tranf.	Adições	Baixas	Tranf.	Adições	Baixas	Tranf.
-	1.157	-	-	1.157	-	-	-	-	-	-	-	-
13,3	51.420	(34)	644	54.062	(34)	644	(30.708)	(3.525)	(34.233)	(34.233)	19.829	20.712
	52.577	2.032	644	55.219	(34)	644	(30.708)	(3.525)	(34.233)	(34.233)	20.986	21.869

Intangível em andamento
Softwares de terceiros

Taxas médias de amortização - %	Saldos em 31/12/2015			Custo			Amortização			Residual		
	Adições	Baixas	Tranf.	Adições	Baixas	Tranf.	Adições	Baixas	Tranf.	Adições	Baixas	Tranf.
-	1.157	-	-	1.157	-	-	-	-	-	-	-	-
12,2	58.551	2.056	-	60.607	-	-	(37.834)	(3.646)	(41.480)	(41.480)	19.127	20.717
	59.708	2.056	-	61.764	-	-	(37.834)	(3.646)	(41.480)	(41.480)	20.284	21.874

Intangível em andamento
Softwares de terceiros

b) Consolidado

Taxas médias de amortização - %	Saldos em 31/12/2014			Custo			Amortização			Residual			
	Adições	Baixas	Tranf.	Adições	Baixas	Tranf.	Adições	Baixas	Tranf.	Adições	Baixas	Tranf.	
(a)	4.640.725	162.711	4.665	4.808.005	(96)	4.665	(1.494.185)	1	(141)	(1.607.243)	3.200.762	3.146.540	
12,7	64.677	2.651	466	67.760	(34)	466	(39.647)	(4.221)	-	(43.868)	23.892	25.030	
-	535	712	(45)	1.202	-	(45)	(5)	-	-	(5)	1.197	530	
	4.705.937	166.074	(130)	4.876.967	(130)	5.086	(1.533.837)	(117.139)	1	(141)	(1.651.116)	3.225.851	3.172.100

Contratos de concessão
Softwares de terceiros
Outros

Taxas médias de amortização - %	Saldos em 31/12/2015			Custo			Amortização			Residual			
	Adições	Baixas	Tranf.	Adições	Baixas	Tranf.	Adições	Baixas	Tranf.	Adições	Baixas	Tranf.	
(a)	5.424.735	83.156	(365)	5.507.390	(365)	(136)	(1.744.497)	(126.701)	-	17	(1.871.181)	3.636.209	3.680.238
12,0	75.480	3.960	330	79.770	-	330	(48.796)	(4.682)	(143)	(53.621)	26.149	26.684	
-	2.186	90.919	(120)	93.422	(120)	437	(5)	-	5	-	93.422	2.181	
	5.502.401	178.035	(485)	5.680.582	(485)	631	(1.793.298)	(131.383)	(121)	(1.924.802)	3.755.780	3.709.103	

Contratos de concessão
Softwares de terceiros
Intangível em andamento

Notas Explicativas

- (a) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias de amortização em 30 de junho de 2016 foram de 4,64% (4,78% em 30 de junho de 2015).

No período findo em 30 de junho de 2016, foram capitalizados encargos financeiros no montante de R\$554 (R\$10 em 30 de junho de 2015). A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

Notas Explicativas**13. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro - consolidado**a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balança Patrimonial			Resultado	
	31/12/2015	Adições	Baixas	30/06/2016	30/06/2016
Provisão para contingências	10.388	1.319	(875)	10.832	444
Provisão para férias e encargos de diretores	1.689	607	(54)	2.242	553
Prejuízo fiscal base 2013	13.467	2.320	(4.871)	10.916	(2.551)
Provisão para devedores duvidosos	61	50	(63)	48	(13)
Provisão para manutenção	84.026	7.810	(3.029)	88.807	4.781
AVP ônus Concessão	3.468	270	(177)	3.561	93
Juros capitalizados	(1.329)	(113)	193	(1.249)	80
Efeito Lei 12.973/14 - Extinção RTT (*)	(55.112)	-	1.671	(53.441)	1.671
Realização do ágio na incorporação	58.251	-	(4.791)	53.460	(4.791)
IR e CS diferido - ativo (passivo)	114.909	12.263	(11.996)	115.176	
Receita (despesa) de IR e CS diferido					267

Em atendimento ao CPC 32, registramos R\$135.848 no ativo não circulante e R\$20.672 no passivo não circulante.

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

Notas Explicativas

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
2016	20.707	29.063
2017	31.526	30.747
2018	23.895	22.253
2019	23.685	22.253
Após 2019	15.363	10.593
	115.176	114.909

- (*) Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627), que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

Em 13 de maio de 2014, a MP 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14. A Lei não alterou substancialmente os assuntos abordados pela MP 627, fazendo-se necessário mencionar dois temas, que de acordo com o nosso entendimento, são os principais:

- (a) A adequação das normas tributárias às novas normas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 (fim do "RTT", com a consequente aproximação das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais *IFRS - International Financial Reporting Standards*;
- (b) Introdução de novas regras relacionadas à tributação de lucros provenientes de controladas e coligadas no Exterior.

A nova legislação trouxe a opção de sua adoção antecipada para o exercício de 2014 ou a adoção obrigatória a partir de 2015. A Companhia decidiu pela adoção antecipada no exercício de 2014, visto que a adoção em 2015 poderia impactar a distribuição dos dividendos excedentes do resultado de 2014 com a aplicação das novas regras, um dos principais pontos introduzidos pela Lei nº 12.973/14.

Os efeitos registrados até o ano imediatamente anterior à adoção (31 de dezembro de 2013) serão amortizados ao longo do prazo de concessão da Companhia, conforme prevê a Lei nº 12.973/14 e os efeitos do ano de 2014 já estão enquadrados nas novas normas tributárias.

Notas Explicativas**b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social**

Foram registrados no resultado dos períodos os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Lucro do período antes do imposto de renda e da contribuição social	231.701	164.675	366.721	256.784
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(78.778)	(55.990)	(124.685)	(87.307)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Juros sobre capital próprio	-	4.876	-	4.876
Equivalência patrimonial	77.883	57.744	-	-
Despesas indedutíveis	(6)	(6)	(120)	(53)
Gratificações diretores	-	-	(1.127)	-
Amortização de ágio	(1.274)	(1.274)	(3.384)	(3.762)
Incentivos fiscais (PAT)	-	-	534	1.736
Ajuste prêmio de opções	158	302	-	578
Outros	(216)	(528)	169	68
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(2.233)	5.124	(128.613)	(83.864)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.980)	-	(128.880)	(91.684)
Impostos diferidos	(253)	5.124	267	7.820

c) Imposto de renda e contribuição social pagos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Saldo inicial provisão IR/CS	-	1.305	15.322	36.634
Despesa IR/CS DRE	1.981	-	128.881	91.684
Total de IR/CS pagos no período	(1.981)	(1.305)	(119.935)	(107.303)
Saldo final provisão IR/CS	-	-	24.268	21.015

Notas Explicativas

14. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Impostos sobre faturamento:				
ISS	191	249	8.864	10.098
COFINS	1.240	1.535	6.824	8.135
PIS	256	314	1.449	1.727
ISS na fonte	-	11	-	1.370
INSS na fonte	-	41	-	1.370
IRRF s/ prest. serviços	108	31	5.919	603
Outros impostos	-	100	191	2.597
	1.795	2.281	23.247	25.900

15. Empréstimos e financiamentos

Finalidade	Vencimento final	Taxa média de juros	Controladora		Consolidado	
			30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Em moeda nacional:						
Nota promissória (g)	Novembro de 2016	CDI + 2,50% a.a.	131.509	121.417	131.509	121.417
Nota promissória (i)	Maio de 2017	CDI + 2,65% a.a.	-	-	196.865	181.569
Finem (h)	Maio de 2017	UMSELIC+4,87%a.a.	-	-	51.848	113.633
Finem (h)	Dezembro de 2028	TJLP + 3,84% a.a.	-	-	188.654	141.458
Finem (h)	Junho de 2030	TJLP + 3,84% a.a.	-	-	65.929	60.649
Finame (b)	Maio de 2017	TJLP + 3,21% a.a.	-	-	187	281
Finame (b)	Abril de 2017	TJLP + 2,7% a.a.	-	-	156	248
Finame (c)	Outubro de 2022	2,5% a.a.	-	-	277	299
Finame (f)	Novembro de 2020	6,0% a.a.	-	-	224	249
Finame (c)	Julho de 2020	6% a.a.	-	-	795	896
Finame (d)	Junho de 2018	3% a.a.	-	-	110	137
Finem (e)	Julho de 2018	TJLP + 2,10% a.a.	-	-	13.712	16.871
Finem (a)	Julho de 2025	IPCA + 2,45% a.a.	-	-	45.370	41.432
Finem (a)	Junho de 2025	TJLP + 2,45% a.a.	-	-	160.470	173.214
Leasing (j)	Março de 2018	25,13% a.a.	-	-	-	-
Financiamento (k)	Dezembro de 2019	21,27% a.a.	-	-	311	-
			131.509	121.417	856.417	852.353
Circulante			131.509	121.417	437.691	484.814
Não circulante			-	-	418.726	367.539

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	30/06/2016	31/12/2015
2017	26.392	218.402
2018	49.000	36.025
2019	46.606	32.359
2020	47.665	32.251
2021	38.252	21.421
Posteriores a 2021	210.811	27.081
	418.726	367.539

Notas Explicativas

A movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Saldo inicial	121.417	-	852.353	257.004
Adições	-	-	253.056	-
Encargos financeiros	10.092	-	44.858	12.640
Pagamento de juros	-	-	(21.503)	(8.556)
Pagamento do principal	-	-	(272.347)	(15.771)
Saldo final	131.509	-	856.417	245.317

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Referência	Controlada	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantia
(a)	Ecopistas	BNDES	(i) A razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) O índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) A razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos. Em 30 de junho de 2016, os índices foram atendidos, conforme demonstrado abaixo.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da Concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.
(b)	Ecocataratas	Banco do Brasil	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(c)	Ecocataratas	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(d)	Ecocataratas	Bradesco	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(e)	Ecocataratas	BNDES	Não exigem manutenção dos índices.	Carta-fiança.
(f)	Ecosul	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(g)	Ecorodovias	Bradesco	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia
(h)	Eco101	BNDES	Não exigem manutenção dos índices.	Cessão Fiduciária de direito creditórios.
(i)	Ecocataratas	Bradesco	Não exigem manutenção dos índices	Sem garantia
(j)	Ecosul	Bradesco	Não exigem manutenção dos índices	Nota promissória
(k)	Eco101	Banco Volkswagen	Não exigem manutenção dos índices	Alienação de bem

A Companhia apresenta, a seguir, o demonstrativo dos cálculos dos índices financeiros:

(a) Índices financeiros Ecopistas BNDES	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	33,14%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	1,67
(iii) Dívida líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	3,84

(*) Índice não auditado pelos auditores independentes.

(**) A Companhia foi notificada pelo BNDES pelo não cumprimento do índice para que o cumpra num prazo de 60 dias a partir de 19 de janeiro de 2016, ou que ofereça garantias reais ou fiança bancária. Em 18 de março de 2016, o BNDES prorrogou o prazo até 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

16. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Principal corrigido	984.132	949.333	2.870.463	2.776.292
Remuneração (juros)	34.266	14.852	79.023	110.821
Custos com emissão de debêntures (*)	(10.858)	(12.603)	(37.004)	(41.213)
	1.007.540	951.582	2.912.482	2.845.900
Circulante	111.454	91.854	476.953	505.168
Não circulante	896.086	859.728	2.435.529	2.340.732

A movimentação do saldo de debêntures é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Saldo inicial	951.582	877.693	2.845.900	2.593.467
Adições		75.242	-	225.401
Encargos financeiros	73.226	(14.595)	216.707	(77.609)
Pagamento juros	(17.268)	-	(140.868)	(7.361)
Pagamento de principal	-	(60.647)	(9.257)	(140.431)
Saldo final	1.007.540	877.693	2.912.482	2.593.467

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

Em 26 de fevereiro de 2016, as controladas Ecovia e Ecosul assinaram termo aditivo à Escritura das debêntures. Sendo que foram alteradas as seguintes cláusulas: a) Vencimento: de 04/03/2016 para 15/05/2017; b) Remuneração de juros e correção: de 105,7% do CDI para 115,0% do CDI; e c) inclusão dos índices financeiros descritos e calculados acima.

Notas Explicativas

Descrição	Companhia	Ecovias	Ecopistas	Ecovia	Ecosul
		2ª Emissão			
Forma e conversibilidade	Nominativa e escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações
Quantidade emitida	800.000 (em três séries)	881 (em duas séries)	370 (em quatro séries)	14.300 (série única)	14.800 (série única)
Valor nominal unitário na data de emissão	R\$10,00	R\$1.000,00	R\$1.000,00	R\$10.000	R\$10.000
Data da emissão	23/10/2012	07/05/2013	15/01/2011	04/11/2014	04/11/2014
Valor da emissão	R\$ 800.000	R\$ 881.000	R\$370.000	R\$143.000	R\$148.000
	1ª série - R\$ 240.000	1ª série - R\$ 200.000	1ª série - R\$92.500		
	2ª série - R\$ 160.000	2ª série - R\$ 681.000	2ª série - R\$92.500		
	3ª série - R\$ 400.000		3ª série - R\$92.500		
	1ª série - R\$10.293	1ª série - R\$1.278	4ª série - R\$92.500		
Valor nominal unitário atualizado em 30 de junho de 2016	2ª série - R\$13.288	2ª série - R\$1.278	1ª série - R\$1.284	N/A	N/A
	3ª série - R\$13.288		2ª série - R\$1.205		
			3ª série - R\$1.284		
			4ª série - R\$1.284		
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável	1ª e 2ª séries - IPCA	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.	Atualização monetária anual pela variação do CDI	Atualização monetária anual pela variação do CDI
Remuneração (juros e correção)	2ª e 3ª séries - IPCA				
	1ª série - 100% do CDI + 0,79% a.a.	1ª série - 3,80% a.a. + IPCA	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.	115% do CDI	115% do CDI
	2ª série - IPCA + 5,00% a.a.	2ª série - 4,28% a.a. + IPCA			
	3ª série - IPCA + 5,35% a.a.				
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (15/04/2013 a 15/10/2018)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2020)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/2013 a 15/01/2023)	17/05/2017	17/05/2017
	2ª série: parcelas anuais (15/10/2013 a 15/10/2019)	2ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2024)	2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/2012 a 15/04/2022)		
	3ª série: parcelas anuais (15/10/2013 a 15/10/2022)		3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/2012 a 15/07/2022)		
			4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/2012 a 15/10/2022)		

Notas Explicativas

Descrição	Companhia	Ecovias	Ecopistas	Ecovia	Ecosul
		2ª Emissão			
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas anuais (15/10/2016 a 15/10/2018) 2ª série: parcelas anuais (15/10/2018 a 15/10/2019) 3ª série: parcelas anuais (15/10/2020 a 15/10/2022)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2019 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2022 a 15/04/2024)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/2013 a 15/01/2023) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/2012 a 15/04/2022) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/2012 a 15/07/2022) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/2012 a 15/10/2022)	17/05/2017	17/05/2017
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável	N/A	a) Para cada subcrédito em TJLP concedido pelo BNDES, por meio do Contrato BNDES, até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vencida da amortização de principal e encargos da dívida; e, após o pagamento da primeira parcela, a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida). b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES, por meio do Contrato BNDES, até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e, após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a 1/4 do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses antes do vencimento de cada prestação).	N/A	N/A

Notas Explicativas

Descrição	Companhia	Ecovias	Ecopistas	Ecovia	Ecosul
		2ª Emissão			
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Itaú Unibanco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.
Local de pagamento	CETIP	CETIP E BMF&BOVESPA	CETIP e/ou BOVESPAFIX	CETIP e/ou Banco Bradesco S.A.	CETIP e/ou Banco Bradesco S.A.
Instituição responsável pela conta de reserva	Não aplicável	N/A	Itaú Unibanco S.A.	N/A	N/A
Agente fiduciário	Oliveira Trust DTVM S.A.	Pentágono S.A. DTVM S.A.	Planner Trustee DTVM Ltda.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Oliveira Trust DTVM S.A.
Garantias	Não aplicável	N/A	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecopistas e alienação fiduciária de 100% dos créditos oriundos do pedágio	Não há garantias de qualquer natureza	Não há garantias de qualquer natureza
Cláusulas de repactuação das debêntures	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação
Classificação de riscos	"brAA+" da Standard & Poors	"brAA+" da Standard & Poors.	"Ba1 (escala global) e Aa2.br (NSR)" da Moody's.	Não há classificação de riscos	Não há classificação de riscos
Índices financeiros	Menores ou igual a 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos correspondentes ao EBITDA pela despesa financeira líquida.	(i) Menores que 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e (ii) maiores ou iguais a 2,0 pontos em relação ao EBITDA com a despesa financeira líquida, tendo como base as demonstrações financeiras.	(i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 e (iii) razão entre a dívida líquida e o EBTIDA ajustado deve ser inferior a 4,00.	Divida Líquida / Ebitida ajustado inferior a 2,5x a partir de 31/12/2015 e 31/03/2016 e Divida Líquida / Ebitida ajustado inferior a 3x a partir de 30/06/2016	Divida Líquida / Ebitida ajustado inferior a 2,5x a partir de 31/12/2015 e 31/03/2016 e Divida Líquida / Ebitida ajustado inferior a 3x a partir de 30/06/2016

Notas Explicativas

Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de junho de 2016, conforme demonstrado abaixo:

Ecorodovias Concessões e Serviços (Companhia)	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBTIDA	< 3,5	2,15
(ii) EBTIDA/Despesa financeira líquida	>2,0	3,38
Ecovias - 2ª emissão	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBITDA	< 3,5	1,34
(ii) Despesa financeira/EBITDA	>2,0	4,27
Ecopistas	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	33,14%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	1,67
(iii) Dívida líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	3,84
Ecovia	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBITDA ajustado	< 3,0	0,77
Ecosul	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBITDA ajustado	< 3,0	0,98

(*) Índices não auditados pelos auditores independentes.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	Controladora					
	30/06/2016			31/12/2015		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2017	79.992	(1.330)	78.662	79.992	(2.888)	77.104
2018	186.321	(2.516)	183.805	181.349	(2.516)	178.833
2019	106.305	(1.549)	104.756	101.334	(1.549)	99.785
2020	177.161	(1.336)	175.825	168.875	(1.336)	167.539
2021	177.161	(958)	176.203	168.875	(958)	167.917
2022	177.200	(365)	176.835	168.915	(365)	168.550
	904.140	(8.054)	896.086	869.340	(9.612)	859.728
	Consolidado					
	30/06/2016			31/12/2015		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2017	101.119	(3.537)	97.582	117.131	(7.522)	109.609
2018	238.708	(7.293)	231.415	231.287	(7.293)	223.994
2019	302.972	(5.570)	297.402	288.804	(5.570)	283.234
2020	392.265	(4.875)	387.390	373.921	(4.875)	369.046
2021	290.544	(4.415)	286.129	276.956	(4.415)	272.541
2022 a 2024	1.139.809	(4.198)	1.135.611	1.086.507	(4.199)	1.082.308
	2.465.417	(29.888)	2.435.529	2.374.606	(33.874)	2.340.732

Notas Explicativas

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR	
Companhia	Debêntures - 1ª série	23/10/12	240.000	(6.196)	233.804	CDI + 0,79%	CDI + 1,09%	
	Debêntures - 2ª série	23/10/12	160.000	(4.156)	155.844	5,00%+ IPCA	5,20% + IPCA	
	Debêntures - 3ª série	23/10/12	400.000	(10.502)	389.498	5,35%+ IPCA	5,63% + IPCA	
Ecopistas	2ª Emissão Debêntures - 1ª série	15/04/13	200.000	(6.892)	193.108	IPCA + 3,80% a.a.	IPCA + 4,25%a.a.	
	Debêntures - 2ª série	15/04/13	681.000	(23.469)	657.531	IPCA + 4,28% a.a.	IPCA + 4,54%a.a.	
	Debêntures - 1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,84%	
	Debêntures - 2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,97%	
	Debêntures - 3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,91%	
	Debêntures - 4ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,87%	
	Ecovia	Debêntures - 1ª série	04/11/14	143.000	(233)	142.767	105,7% do CDI	CDI + 4,59%a.a.
	Ecosul	Debêntures - 1ª série	17/11/14	148.000	(228)	147.772	105,7% do CDI	CDI + 4,17%a.a.
			2.342.000	(64.344)	2.277.656			

Notas Explicativas

17. Arrendamento mercantil financeiro

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>30/06/2016</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:	
Menos de um ano	87
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>79</u>
	166
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>3</u>
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	169
Circulante	90
Não circulante	79

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2016</u>
Adição	185
Encargos financeiros	13
Pagamento principal	(10)
Pagamento de juros	<u>(19)</u>
Saldo final	169

18. Partes relacionadas

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros.

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Natureza	Controladora	
		<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo			
Circulante			
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (b)	Controlada	1.680	3.423
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (b)	Controlada	3.059	5.256
Ecopátio Cubatão Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	51	24
Ecoporto Transportes Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	1.253	972
Termares Terminais Marítimos Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	5.568	4.374
Concessionária Ponte Rio-Niteroi S.A. – Ecoponte (b)	Controlada	412	1.354
Concessionária Ponte Rio-Niteroi S.A. – Ecoponte (f)	Controlada	1	1
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (b)	Controlada	6.255	6.451
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)	Controlada	1.988	4.099
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (b)	Controlada	27.044	15.025
Elog Logística Sul Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	24	308
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (b)	Controlada	514	1.783
Ecoporto Santos S.A. (b)	Outras partes relacionadas	11.121	10.268
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (f)	Controladora	620	-
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (f)	Controlada	62	1
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (g)	Controlada	86	56
Elog S.A. (b)	Outras partes relacionadas	1.481	1.649
Elog S.A. (f)	Outras partes relacionadas	3	-
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (f)	Controlada	2	-

Notas Explicativas

	Natureza	Controladora	
		30/06/2016	31/12/2015
Elog Logística Sul Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	-	5
Ecoporto Santos S.A. (f)	Outras partes relacionadas	2	5
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (m)	Controlada	180	181
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (f)	Controlada	18	-
		61.424	55.235
Não circulante			
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (k)	Controladora	277.537	263.073
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (a)	Controlada	114.785	108.066
		392.322	371.139
Total do ativo		453.746	426.374
Passivo			
Circulante			
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (g)	Controlada	89	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (f)	Controlada	87	38
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (f)	Controlada	27	-
Elog Logística Sul Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	3	7
Ecoporto Santos S.A. (f)	Outras partes relacionadas	1	6
Ecopátio Cubatão Logística Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	1	-
Elog S.A. (r)	Outras partes relacionadas	686	-
Elog S.A. (f)	Outras partes relacionadas	7	4
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (f)	Controladora	-	174
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (j)	Controlada	22	22
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (m)	Controlada	611	357
		1.534	608
Total do passivo		1.534	608

Notas Explicativas

	Natureza	Controladora	
		30/06/2016	30/06/2015
Resultado:			
Receita:			
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (b)	Controlada	10.614	10.942
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (g)	Controlada	132	3.638
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (b)	Controlada	9.780	119
Ecoporto Santos S.A. (b)	Outras partes relacionadas	909	2.453
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (b)	Controlada	3.286	4.286
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (b)	Controlada	40.861	42.141
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)	Controlada	12.711	13.104
Concess. Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (b)	Controlada	15.369	19.211
Ecopátio Cubatão Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	527	76
Ecoporto Transportes Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	1.273	2.453
Concessionária Ponte Rio Niterói S.A. - Ecoponte (b)	Controlada	2.631	-
Ecoporto Transportes Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	300	545
Elog Logística Sul Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	1.342	1.000
Elog S.A. (b)	Outras partes relacionadas	1.977	5.894
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (m)	Controlada	291	-
		102.003	105.862
Juros de mútuo:			
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (a)	Controlada	7.906	6.259
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (k)	Controladora	17.016	1.512
		24.922	7.771
Despesa-			
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (j)	Controlada	132	119
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (g)	Controlada	132	119
Rodovia das Cataratas - Ecocataratas (m)	Controlada	290	-
		554	238

Notas Explicativas

	Natureza	Consolidado	
		30/06/2016	31/12/2015
Ativo			
Circulante			
Ecopátio Cubatão Logística Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	51	24
Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (i)	Outras partes relacionadas	112	-
Elog Logística Sul Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	24	308
Termares Terminais Marítimos Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	5.421	4.374
Ecoporto Santos S.A. (f)	Outras partes relacionadas	2	5
Ecoporto Transportes Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	1.253	972
Elog S.A. (b)	Outras partes relacionadas	1.481	1.649
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (f)	Controladora	620	-
Elog S.A. (f)	Outras partes relacionadas	3	-
Ecoporto Santos S.A. (b)	Outras partes relacionadas	11.121	10.268
		20.088	17.600
Intangível			
TB Transportadora Betumes Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	2.907	6.159
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	24.415	45.536
SBS Engenharia e Construções S.A. (d)	Outras partes relacionadas	14.743	10.420
Consórcio Carvalho Pinto (l)	Outras partes relacionadas	1.012	38.444
Incospal Construções Ltda. (q)	Outras partes relacionadas	990	-
Consórcio Serra do Mar S.A. (c)	Outras partes relacionadas	-	42.134
CR Almeida Engenharia S.A. (q)	Outras partes relacionadas	7.311	-
Eng. e Constr. Araribóia (s)	Outras partes relacionadas	1.788	-
		53.166	142.693
Contrato de Mútuo			
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (k)	Controladora	277.537	263.073
		277.537	263.073
Total do ativo		350.791	423.366

	Natureza	Consolidado	
		30/06/2016	31/12/2015
Passivo			
Circulante - contas a pagar			
Elog S.A. (f)	Outras partes relacionadas	15	4
Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	1	7
Elog S.A. (r)	Outras partes relacionadas	686	-
Termares Terminais Marítimo Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	-	-
Ecoporto Santos S.A. (f)	Outras partes relacionadas	2	6
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (h)	Controladora	50	45
TB Transportadora Betumes Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	123	325
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (f)	Controladora	702	174
SBS Engenharia e Construções S.A. (h)	Outras partes relacionadas	4	5
SBS Engenharia e Construções S.A. (d)	Outras partes relacionadas	275	1.406
Consórcio Serra do Mar (c)	Outras partes relacionadas	-	2.803
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	1.801	3.242
Unimar Transportes Ltda. (n)	Outras partes relacionadas	421	404
Vix Logística S.A. (o)	Outras partes relacionadas	459	446
Araribóia Engenharia e Construtora Araribóia Ltda. (p)	Outras partes relacionadas	-	483
Incospal Construções Pré-fabricadas S.A. (q)	Outras partes relacionadas	102	77
		4.641	9.427
Total do passivo		4.641	9.427

Notas Explicativas

Resultado	Natureza	30/06/2016	30/06/2015
Receita			
Ecopátio Cubatão Logística Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	527	76
Termares Terminais Marítimo Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	1.273	2.453
Elog Logística Sul Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	1.342	1.000
Elog S.A. (b)	Outras partes relacionadas	1.977	5.894
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (b)	Controlada	3.286	4.286
Ecoporto Santos S.A. (b)	Outras partes relacionadas	909	2.453
Ecoporto Transportes Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	300	-
Concess. Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (b)	Outras partes relacionadas	-	19.211
		9.614	35.373

	Natureza	30/06/2016	30/06/2015
Juros de mútuo			
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (k)	Controladora	17.016	-

	Natureza	30/06/2016	30/06/2015
Despesa			
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (h)	Controladora	277	300
SBS Engenharia e Serviços Ltda. (h)	Outras partes relacionadas	31	33
Unimar Transportes Ltda (n)	Outras partes relacionadas	2.744	-
Consórcio Serra do Mar (c)	Outras partes relacionadas	-	117
Vix Logística S.A. (o)	Outras partes relacionadas	3.004	-
		6.056	450

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- O valor de R\$114.785 (R\$108.066 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a contrato de mútuo com a Ecopistas. O mútuo será corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação de 100% do CDI + 1,20% a.a. com vencimento até 31 de março de 2018.
- A Companhia presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$206.316, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. O saldo em aberto das faturas de serviços em 30 de junho de 2016 é de R\$82.287 (R\$40.618 em 31 de dezembro de 2015).
- O Consórcio Serra do Mar, formado pelas partes relacionadas CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., e pela Impregilo SPA, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada Ecovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecovias e o Consórcio Serra do Mar é de R\$401.674, incluindo aditivo contratual. O contrato encerrou-se em 31 de janeiro de 2016 e não há saldos a pagar em aberto.

Notas Explicativas

- (d) A SBS Engenharia e Construções S.A., através da Grant Concessões e Participações S.A., possui 10% da Ecosul. Presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário e manutenção na rodovia da controlada Ecosul. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções S.A. é de R\$40.505. O prazo para execução destes serviços é setembro de 2016 e em 30 de junho de 2016, há um saldo de serviços a realizar de R\$2.736 Os saldos em aberto a pagar de R\$279 (sobre serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros nem não foram concedidas garantias aos credores.
- (e) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul e às Concessionárias das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas, Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e Eco101 Concessionária de Rodovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$261.717. O prazo para execução desses serviços é dezembro de 2016 e em 30 de junho de 2016 há um saldo de serviços a realizar de R\$140.730. Os saldos em aberto a pagar R\$1.801 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (f) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre as empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos têm vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a juros nem à atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.
- (g) A Companhia celebrou em 27 de julho de 2011 contrato de permissão especial de uso oneroso de faixa de domínio com a controlada Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul e celebrou em 14 de dezembro de 2012 contrato de locação de fibra óptica com permissão de uso de duto com a mesma controlada.
- (h) Refere-se ao aluguel de imóvel, no qual está localizada a sede da Ecosul. O saldo a vencer tem vencimento em 30 dias.
- (i) Refere-se a troca de cédulas por moedas entre a controlada Conc.Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas com a parte relacionada Ecopátio Logística Cubatão Ltda.
- (j) A Companhia celebrou contrato de locação de seu prédio administrativo localizado na Rodovia dos Imigrantes km 28,5 com sua controlada direta Ecovias dos Imigrantes. O valor mensal da locação é de R\$22.
- (k) O valor de R\$277.537 (R\$263.073 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a contrato de mútuo com a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. O mútuo será corrigido através de juros fixo de 13,64% a.a. com vencimento até 12 de junho de 2018.

Notas Explicativas

- (l) O Consórcio Carvalho Pinto, formado pelas partes relacionadas CR Almeida S.A. Engenharia de Obras, Salini Impregilo S.p.A. Sucursal Brasil e CIGLA - Construtora Impregilo e Associados S.A., contratados para execução da obra do Lote 01 do Prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto. O valor total do contrato é de R\$48.264. O prazo para execução dos serviços é até dezembro de 2015. Em 30 de junho de 2016, já haviam sido incorridos R\$47.814 e não existem saldos em aberto a pagar.
- (m) A Companhia e sua controlada Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas assinaram Contrato de Permissão de uso de faixa de domínio em que a Rodovia das Cataratas cede para a Companhia o direito de exploração de sua faixa de domínio, em contrapartida foi celebrado um contrato de Locação de Fibra óptica (Ecocataratas loca da Ecorodovias) pelo mesmo valor da permissão de uso. Em 30 de junho de 2016, esse valor atualizado é de R\$48.
- (n) A Unimar Transportes Ltda. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Unimar e a Eco101 é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$23.749 e vigência até novembro de 2018. Em 30 de junho de 2016, já haviam incorridos R\$13.745. Em 30 de junho de 2016, há um saldo em aberto a pagar de R\$421 com vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (o) A Vix Logística S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Unimar e a Eco101 é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$25.461 e vigência até novembro de 2018. Em 30 de junho de 2016, já haviam incorridos R\$25.448, e há um saldo a pagar de R\$459 com vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (p) A Engenharia e Construtora Araribóia Ltda. é parte relacionada da Centaurus Participações S.A., que possui 27,5% de participação no capital social da controlada Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Araribóia e a Eco101 é de prestação de serviços de reparos localizados para recuperação de pavimento da BR -101 no trecho sob administração da Concessionária. O prazo para execução desses serviços é 30 de junho de 2016. Não existem saldos em aberto.
- (q) A Incospal Construções Pré-fabricadas S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Incospal e a Eco101 é a prestação de serviços de fornecimento e implantação, transporte e montagem de peças pré-fabricadas para praças de pedágio, ao longo da BR-101/ES. O preço global firmado para execução dos serviços contratados é de R\$3.195. O prazo para execução desses serviços é até julho de 2016, sendo que já foram incorridos R\$3.113 até 30 de junho de 2016. Os saldos em aberto de serviços já realizados de R\$102 têm o vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidos garantias aos credores.
- (r) Refere-se à venda de imobilizado.

Notas Explicativas

- (s) A CR Almeida S.A. Engenharia de obras, presta serviços de execução de obras nas rodovias e trechos que compõem o SAI – Sistema Anchieta Imigrantes da parte relacionada Ecovias, das obras de recuperação de pavimento flexível e usinagem. O prazo para execução desses serviços é de janeiro de 2017 e em 30 de junho de 2016 há um saldo de serviços a realizar de R\$36.936. Não há saldos em aberto em 30 de junho de 2016.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

No período findo em 30 de junho de 2016, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findo em 31 de dezembro de 2016 em R\$23.024, contemplando custos adicionais no valor de até R\$21.469 referentes ao rateio do pagamento de remuneração de alguns de seus diretores, os quais poderão ser diretamente pagos pela sua controladora direta, nos termos do contrato de compartilhamento de custos.

A remuneração paga aos administradores no período está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2016</u>
Remuneração (fixa/variável)	2.103
Plano de opção com base em ações (Vide nota explicativa nº25.f)	239
Remuneração baseado em ações	428
Previdência privada	105
	<u>2.876</u>

19. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Salários e outras obrigações a pagar	4.993	10.512	10.397	20.638
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	1.345	1.333	3.404	3.279
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	236	419	655	1.030
IRRF a recolher	380	891	381	1.516
Contribuição sindical a recolher	-	-	312	4
Provisão de férias e encargos sobre férias	5.651	6.859	13.800	15.659
Provisão de 13º salário e encargos sobre 13º salário	1.892	-	6.235	-
	<u>14.497</u>	<u>20.014</u>	<u>35.184</u>	<u>42.126</u>

As provisões de salários e encargos foram registradas no resultado da Companhia nas rubricas “Custos dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

Notas Explicativas**20. Obrigações com o Poder Concedente - consolidado**i) Outorgas fixas e variáveis

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Parcelas:		
Fixas - Ecovias (a)	34.700	39.378
Variável - Ecosul (e)	248	139
Variável - Ecovias (b)	958	1.384
Variável - Ecopistas (b)	295	360
Taxa de fiscalização - Eco101 (i)	496	454
Taxa de fiscalização - Ecoponte (h)	258	236
Outras - Ecovia - Verba de fiscalização (c) (g)	238	238
Outras - Ecovia - Verba Polícia Rodoviária (d)	547	639
Outras - Ecocataratas - Verba de fiscalização (f) (g)	277	279
	38.017	43.107
Circulante	22.185	20.986
Não circulante	15.832	22.121

- a) Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias dos Imigrantes, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em 30 de junho de 2016, restam 22 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 90,83% do total (83,33% em 31 de dezembro de 2015).
- b) A parcela variável da Ecovias e Ecopistas é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação.
- c) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato. Em 30 de junho de 2016, o valor atualizado mensal é de R\$238 (R\$238 em 31 de dezembro de 2015).
- d) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária da controlada Ecovia.
- e) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação de pedágio.
- f) Verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 30 de junho de 2016, a parcela reajustada é de R\$279 (R\$279 em 31 de dezembro de 2015).
- g) As controladas Ecovia e Ecocataratas recolhem a título de taxa de fiscalização, mensalmente, a AGEPAR (Agência Reguladora do Paraná), o valor correspondente a 0,5% da receita de arrecadação de pedágio.
- h) Conforme contrato firmado em 18 de maio de 2015, deverá ser pago a título de fiscalização o valor nominal de R\$210 até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio. Em 30 de junho de 2016, o valor atualizado é de R\$258.
- i) Taxa de fiscalização da Eco101: o valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
2017	9.459	16.578
2018	6.373	5.543
	15.832	22.121

A movimentação das obrigações com o Poder Concedente está demonstrada a seguir:

<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
-------------------	-------------------

Notas Explicativas

Saldo inicial	43.107	51.241
Custo (vide Nota Explicativa nº 27)	18.738	13.820
Variação monetária sobre credor pela concessão	3.670	3.632
Pagamento do principal	(27.498)	(22.038)
Saldo final	38.017	46.655

ii) Outros compromissos relativos a concessões*Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.*

A controlada assumiu a responsabilidade pela restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):

- 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
- 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
- 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
- 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A controlada assumiu a responsabilidade pela duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão: Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 509,1 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

Notas Explicativas

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

A Ecocataratas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):

- 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
- 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.
- 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
- 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A Ecopistas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- O pagamento de direito de outorga, no total de R\$595.157 (R\$570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R\$118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante foi pago em 18 parcelas, sendo a última paga em 31 de dezembro de 2010.

Natureza dos custos	30/06/2016						Total
	Ecovia Previsão de 2016 a 2021	Ecosul Previsão de 2016 a 2026	Ecovias Previsão de 2016 a 2018	Ecocataratas Previsão de 2016 a 2021	Ecopistas Previsão de 2016 a 2039	ECO101 Previsão de 2016 a 2038	
Melhorias na infraestrutura	75.645	265.209	163.274	9.925	95.613	1.729.557	2.339.223
Conservação especial (manutenção)	52.069	67.595	254.393	277.053	417.231	536.871	1.605.212
Equipamentos	11.305	16.021	44.671	64.944	215.382	329.125	681.448
Total	139.019	348.825	462.338	351.922	728.226	2.595.553	4.625.883

Natureza dos custos	31/12/2015						Total
	Ecovia Previsão de 2016 a 2021	Ecosul Previsão de 2016 a 2026	Ecovias Previsão de 2016 a 2018	Ecocataratas Previsão de 2016 a 2021	Ecopistas Previsão de 2016 a 2039	ECO101 Previsão de 2016 a 2038	
Melhorias na infraestrutura	81.162	281.710	171.856	22.937	104.208	1.682.178	2.344.051
Conservação especial (manutenção)	51.492	68.158	263.660	284.061	418.976	514.606	1.600.953
Equipamentos	11.062	16.053	44.418	60.915	207.565	317.588	657.601
Total	143.716	365.921	479.934	367.913	730.749	2.514.372	4.602.605

Notas Explicativas

21. Informações sobre o contrato de concessão das controladas Ecovia e Ecocataratas

Informações adicionais sobre o contrato de concessão

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas e a Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. fazem parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A Administração do Governo do Estado do Paraná, nos anos de 2002 a 2010, buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos de 2003 a 2010, tentativa de nulidade de aditivos contratuais e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Governo do Estado do Paraná, foram implementados judicialmente e estão vigentes.

A Companhia busca, por meio de ações judiciais, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram o seu contrato de concessão. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original da equação econômico-financeira do contrato.

Diante da atual Administração estadual, as concessionárias estão em processo de revisão contratual desde agosto de 2011. Para possibilitar as tratativas foram formulados pleitos conjuntos de suspensão das ações judiciais que discutem o contrato, em sua maioria deferidos.

Em março de 2012 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado de solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que promova o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa. Foi apresentado pedido de reexame em 23/04/2012 pelas concessionárias em razão da não participação processual. Aguarda-se julgamento.

Também em março de 2012 foi emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná relatório preliminar de auditoria no contrato de concessão da Ecocataratas. Referido relatório concluiu preliminarmente que o contrato pode encontrar-se desequilibrado em desfavor do usuário. Foi apresentada defesa e impugnados os critérios considerados para reequilíbrio e as conclusões preliminares do relatório. Não há julgamento final ainda.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, do acórdão e relatório dos Tribunais de Contas da União e do Estado do Paraná, respectivamente, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

Notas Explicativas

No momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento. As eventuais decisões dos Tribunais de Contas ainda podem ser objeto de análise perante o Poder Judiciário.

Informações adicionais sobre o contrato de concessão

O Contrato de Arrendamento entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP e o Ecoporto Santos S.A. tem prazo previsto de 25 anos. Foram celebrados cinco termos aditivos ao Contrato, porém, tais termos não alteraram o prazo do Contrato, o qual se encerra, a princípio, em 12 de junho de 2023. A Cláusula Décima Sexta do Contrato prevê a sua prorrogação com até 12 meses de antecedência em relação ao término do Contrato, podendo ser concedida pelo Poder Concedente se o Ecoporto Santos cumprir com todas as suas obrigações legais e contratuais. Com o advento do novo Marco Regulatório do Setor, o Poder Concedente passou a ser a Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP), sendo a Agência Nacional dos Transportes Aquaviários - ANTAQ a responsável pela fiscalização e regulação do setor. Até o presente momento, no que concerne à prorrogação do Contrato, é necessário observar o disposto na Portaria nº 349/2014 da SEP e a Resolução nº 3.220/2014 da ANTAQ, sendo necessário que o requerimento do Ecoporto Santos esteja acompanhado de Plano de Investimentos, Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA, bem como das informações necessárias à avaliação do cumprimento das obrigações contratuais vigentes. O Ecoporto Santos requereu a prorrogação do contrato, instruindo o processo com a documentação pertinente, cujo processo administrativo deverá continuar a tramitar na SEP e na ANTAQ. Em face da legislação atualmente vigente, a Administração considera que as chances de reconhecimento do direito de prorrogação do Contrato de Arrendamento são altas, desde que mantido o atual desempenho e constantes investimentos do Ecoporto Santos e observadas as prescrições da Resolução ANTAQ nº 3.220/2014 e da Portaria SEP nº 349/2014, em especial o estudo de viabilidade para o novo período contratual. Desse modo, o interesse público na manutenção das atividades será mantido, sendo esta a linha que o Ecoporto Santos adotará. Há que se ressaltar a pendência de julgamento definitivo de duas ações populares, nº 0010874-75.2002.403.6104 e nº 0002925-92.2005.4.03.6104, em trâmite perante a 1ª Vara Federal da Subseção de Santos, que questionam a legitimidade do Contrato de Arrendamento e de seus aditivos. Em março de 2015 o Tribunal Regional Federal da 3ª Região negou provimento aos recursos apelação apresentados pela Companhia. Aguarda-se julgamento dos Embargos de Declaração pelo próprio TRF. Após, as decisões, se mantidas, serão objeto de recurso aos Tribunais Superiores. A decisão do TRF não altera a confiança da Administração da Companhia no resultado final das ações, baseada em pareceres de renomados juristas e nos resultados dos processos administrativos sobre o mesmo tema, que suportam a expectativa de êxito nessas demandas judiciais. Há decisões proferidas no âmbito da Representação nº 012.194/2002-1 do Tribunal de Contas da União e do Processo Administrativo Contencioso nº 50300.000155/2013-62 da ANTAQ, sobre a mesma matéria, reconhecendo a possibilidade de prorrogação do contrato de arrendamento. O prazo de amortização e depreciação considera a prorrogação do contrato de concessão por mais 25 anos (até 2048), sendo que a Administração avaliará anualmente esse cenário.

Notas Explicativas

22. Provisão para manutenção - consolidado

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período das concessões, ajustados a valor presente com taxas de 13,98% a 25,64% ao ano. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrados a seguir:

	31/12/2014	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	30/06/2015
Constituição da provisão para manutenção	746.542	56.284	-	-	802.826
Efeito do valor presente sobre a constituição	(151.821)	(10.587)	-	-	(162.408)
Realização da manutenção	(464.383)	-	(50.853)	-	(515.236)
Ajuste a valor presente - realizações	89.486	-	-	10.875	100.361
	219.824	45.697	(50.853)	10.875	225.543
Circulante	66.827				46.341
Não circulante	152.997				179.202

	31/12/2015	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	30/06/2016
Constituição da provisão para manutenção	869.823	57.631	-	-	927.454
Efeito do valor presente sobre a constituição	(183.215)	(15.245)	-	-	(198.460)
Realização da manutenção	(562.441)	-	(42.275)	-	(604.716)
Ajuste a valor presente - realizações	111.276	-	-	13.986	125.262
	235.443	42.386	(42.275)	13.986	249.540
Circulante	55.869				37.413
Não circulante	179.574				212.127

23. Provisão para construção de obras futuras - consolidado

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível e, os valores são ajustados a valor presente a taxas entre 9,50% e 25,64% ao ano, em média, correspondentes às taxas médias ponderadas de captação de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

Notas Explicativas

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2014	Pagamento	Efeito financeiro	30/06/2015
Constituição da provisão para obras futuras	21.079	-	-	21.079
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.011)	-	-	(10.011)
Realização da construção	(9.577)	(1.080)	-	(10.657)
Ajuste a valor presente - realizações	8.778	-	84	8.862
	10.269	(1.080)	84	9.273
Circulante	7.832			6.751
Não circulante	2.437			2.522

	31/12/2015	Pagamento	Efeito financeiro	30/06/2016
Constituição da provisão para obras futuras	117.975	-	-	117.975
Efeito do valor presente sobre a constituição	(21.327)	-	-	(21.327)
Realização da construção	(10.728)	(3.941)	-	(14.669)
Ajuste a valor presente - realizações	8.948	-	1.082	10.030
	94.868	(3.941)	1.082	92.009
Circulante	43.227			44.786
Não circulante	51.641			47.223

24. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

A movimentação da provisão no período é conforme segue:

	Controladora			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (c)	Tributárias (b)	Total
SalDOS em 1º de janeiro de 2015	-	150	-	150
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	-	-	-	-
(-) Pagamentos	-	(150)	-	(150)
(+) Atualização monetária	-	-	-	-
SalDOS em 30 de junho de 2015	-	-	-	-

	Controladora			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (c)	Tributárias (b)	Total
SalDOS em 1º de janeiro de 2016	-	112	-	112
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	-	236	-	236
(-) Pagamentos	-	-	-	-
(+) Atualização monetária	-	51	-	51
SalDOS em 30 de junho de 2016	-	399	-	399

	Consolidado			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (c)	Tributárias (b)	Total
SalDOS em 1º de janeiro de 2015	62.652	11.011	4.656	78.319
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	3.957	925	451	5.333
(-) Pagamentos	(983)	(2.964)	(11)	(3.958)
(+) Atualização monetária	3.687	746	169	4.602
SalDOS em 30 de junho de 2015	69.313	9.718	5.265	84.296

	Consolidado			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (c)	Tributárias (b)	Total
SalDOS em 1º de janeiro de 2016	68.008	7.829	5.343	81.180
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(821)	1.602	419	1.200
(-) Pagamentos	(590)	(1.118)	-	(1.708)
(+) Atualização monetária	3.810	736	381	4.927
SalDOS em 30 de junho de 2016	70.407	9.049	6.143	85.599

Notas Explicativas

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias.

- As principais causas prováveis, ou seja, com constituição de provisão são da controlada direta Ecovias, que possui uma ação civil pública pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Ecovias, por entender que a Concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados pelo Ministério Público em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. A pedido da Ecovias foi realizada audiência de conciliação em abril de 2013 para tentativa de acordo judicial, a qual restou infrutífera. Atualmente, a ação civil pública está aguardando o início da perícia (não há qualquer decisão judicial). Em razão da possibilidade de composição judicial e da probabilidade de perda avaliada como provável, foi provisionado o valor de R\$30.920 em 30 de setembro de 2013 (em 31 de dezembro de 2015 este valor atualizado é de R\$46.715, sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão"). A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Ecovias, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828, sendo que para 31 de dezembro de 2015 o valor atualizado desse depósito judicial é de R\$46.715.

A Companhia e suas controladas possuem outros processos de natureza cível que totalizam, em 30 de junho de 2016, o montante de R\$87.699 (R\$48.688 em 31 de dezembro de 2015), avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos tributários

O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos sobre receitas acessórias. Em 30 de junho de 2016, também existem outros processos de natureza tributária que totalizam R\$6.140 (R\$19.263 em 31 de dezembro de 2015), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão. O principal processo tributário classificado como possível é conforme segue:

- Processos administrativos fiscais decorrentes de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em Pelotas - RS, pelo não recolhimento de valores de IRPJ e CSLL relativos ao pagamento de participação nos lucros e resultados a diretores da controlada direta Ecosul e ao questionamento quanto à taxa de depreciação de benfeitorias realizadas em imóveis objeto da concessão, cuja perda foi avaliada como possível pelos consultores legais. O valor estimado em 30 de junho de 2016 é de R\$8.646 (R\$8.542 em 31 de dezembro de 2015).

(c) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 30 de junho de 2016, também existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$9.062 (R\$35.122 em 31 de dezembro de 2015), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Durante o mês de agosto de 2015 foi publicada decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que alterou o índice de correção monetária das reclamações trabalhistas, sendo que a Taxa Referencial Diária (TR) anteriormente utilizada foi substituída para IPCA-E acrescidos dos juros de 12% ao ano, devendo ser utilizada para correção das reclamações trabalhistas de forma retroativa, desde 30 de junho de 2009. Em setembro de 2015, o Supremo Tribunal de Justiça concedeu liminar a determinada entidade de classe para a suspensão das correções pelo IPCA-E como determinado pelo Tribunal Superior do Trabalho, dando provimento a tese de discussão sobre a adequação da aplicação da referida correção.

O entendimento dos consultores legais da Companhia é que há ampla tese de defesa que determinam que a Companhia logrará êxito para a não aplicação do índice de correção IPCA-E, sendo que no seu entendimento, esse processo tem probabilidade de êxito possível.

Notas Explicativas

25. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o capital social é de R\$696.715 e está representado por 696.715 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$1.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, sem direito de preferência para os antigos acionistas, desde que destinados os valores mobiliários: (i) à venda em bolsa de valores ou subscrição pública; (ii) à permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle; ou (iii) nos termos de lei especial de incentivos fiscais. É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias.

c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do período ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 30 de junho de 2016 o total de reserva legal é de R\$117.723 (R\$117.723 em 31 de dezembro de 2015).

d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do período ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos pagos no período encerrado em 30 de junho de 2016 no valor de R\$221.801 refere-se a: R\$21.000 saldo de dividendos remanescentes de 2015, ainda não aprovados na Assembleia Geral Ordinária, R\$200.801 dividendos intermediários do exercício de 2016, aprovados em reuniões do Conselho de Administração, que submeterão à Assembleia Geral Ordinária em abril de 2017.

e) Participações de acionistas não controladores

	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Saldo inicial	55.979	2.694
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(976)	(2.656)
Reserva de capital - plano de opções	25	9
Participação nos lucros do período	8.640	3.121
Saldo final	<u>63.668</u>	<u>3.168</u>

Notas Explicativas

f) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em AGE da controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado um Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com os Administradores baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais da data da sua outorga. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de precificação externo.

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido como “despesa de pessoal”, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição).

O plano de opção com base em ações da Companhia, emitido em 2010, tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da Companhia de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos da Companhia, e este é originado da controladora Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. São elegíveis para participar diretores estatutários da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da Companhia.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela Companhia, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da Companhia, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da Companhia.

Notas Explicativas

O Conselho de Administração disponibilizou 1.075.788 ações ordinárias para esse plano, como segue:

Data	2ª outorga 22/03/2011	3ª outorga 25/04/2012	4ª outorga 25/04/2013	5ª outorga 28/04/2014
Quantidade de opções de ações	28.516	57.041	181.967	808.264
Preço do período - R\$ por ação	R\$13,06	R\$13,58	R\$17,51	R\$12,18
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 30 de junho de 2016, foi registrado na rubrica "Prêmio de opções" de R\$464 (R\$828 em 30 de junho de 2016).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários. As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	2ª outorga	3ª outorga	4ª outorga	5ª outorga	Total
Em 31 de dezembro de 2010	-	-	-	-	-
Outorgadas	28.516	-	-	-	28.516
Em 31 de dezembro de 2011	28.516	-	-	-	28.516
Outorgadas	-	57.041	-	-	57.041
Em 31 de dezembro de 2012	28.516	57.041	-	-	85.557
Outorgadas	-	-	181.967	-	181.967
Em 31 de dezembro de 2013	28.516	57.041	181.967	-	267.524
Outorgadas	-	-	-	808.264	808.264
Em 31 de dezembro de 2014	28.516	57.041	181.967	808.264	1.075.788
Outorgadas	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2015	28.516	57.041	181.967	808.264	1.075.788
Outorgadas	-	-	-	-	-
Canceladas	-	(26.454)	(57.377)	(123.967)	(207.798)
Em 30 de junho de 2016	28.516	30.587	124.590	684.297	867.990

A aquisição do direito ao período da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

Ano	Preço médio do período por ação em R\$	Quantidade de ações	Valor justo médio da opção em R\$	Total	Prazo para exercer
2016	18,44	209.866	2,67	561	11 meses
2017	18,45	202.221	3,16	639	23 meses
2018	14,61	171.081	2,10	359	35 meses
		583.168	2,64	1.559	

Notas Explicativas

26. Receita líquida

	Controladora				Consolidado			
	Três meses findo em		Seis meses findo em		Três meses findo em		Seis meses findo em	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Receita com arrecadação de pedágio:								
Pedágio em numerário	-	-	-	-	224.599	176.233	481.085	372.035
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	-	-	-	-	265.186	224.673	541.304	457.304
Vale-pedágio	-	-	-	-	49.013	41.247	96.531	77.165
Outras	-	-	-	-	428	198	613	398
	-	-	-	-	539.226	442.351	1.119.533	906.902
Receita de construção	-	-	-	-	95.832	88.577	160.436	184.967
Receitas acessórias (b) e de prestação de serviços (c)	50.831	53.798	102.878	106.875	22.133	25.276	42.950	49.329
	50.831	53.798	102.878	106.875	117.965	113.853	203.386	234.296
Receita bruta	50.831	53.798	102.878	106.875	657.191	556.204	1.322.919	1.141.198
Deduções de receita bruta (d)	(5.739)	(6.021)	(11.553)	(11.964)	(53.823)	(45.575)	(111.172)	(93.056)
Receita líquida	45.092	47.777	91.325	94.911	603.368	510.629	1.211.747	1.048.142

- (a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico.
(b) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.
(c) Refere-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas prestados pela Companhia.
(d) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue tabela com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita.

	Controladora				Consolidado			
	Três meses findo em		Seis meses findo em		Três meses findo em		Seis meses findo em	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Base de cálculo de impostos								
Receita com arrecadação de pedágio	-	-	-	-	539.226	442.351	1.119.533	906.902
Receitas acessórias (b) e de prestação de serviços (c)	50.831	53.798	102.878	106.875	22.133	25.276	42.950	49.329
	50.831	53.798	102.878	106.875	561.359	467.627	1.162.483	956.231
Deduções	(3.862)	(4.067)	(7.789)	(8.081)	(20.610)	(18.002)	(42.463)	(36.243)
Cofins (3% concessionárias e 7,6% controladora)	(876)	(883)	(1.728)	(1.754)	(4.504)	(3.863)	(9.241)	(7.856)
PIS (0,65% concessionárias e 1,65% controladora)	(1.001)	(1.071)	(2.036)	(2.129)	(28.704)	(23.879)	(59.463)	(48.921)
ISS (2% a 5%)	-	-	-	-	(5)	169	(5)	(36)
Devoluções e abatimentos	(5.739)	(6.021)	(11.553)	(11.964)	(53.823)	(45.575)	(111.172)	(93.056)

Notas Explicativas**27. Custos e despesas operacionais - por natureza**

Controladora	Três meses findo em		Seis meses findo em	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Pessoal	20.674	26.102	41.081	48.001
Conservação e manutenção	2.058	1.133	2.995	3.644
Serviços de terceiros	2.990	2.415	4.594	3.950
Locação e aluguéis de imóveis, veículos e máquinas	714	737	1.451	1.416
Depreciações e amortizações	2.970	2.930	5.920	5.759
Outros custos operacionais	1.092	1.521	2.519	2.892
	30.498	34.838	58.560	65.662
Classificados como:				
Custos dos serviços prestados	23.442	23.110	46.578	53.934
Despesas operacionais gerais e administrativas	7.056	11.728	11.982	11.728

Consolidado	Três meses findo em		Seis meses findo em	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Pessoal	58.866	54.247	116.810	101.775
Conservação e manutenção	20.469	14.338	38.420	31.563
Serviços de terceiros (*)	25.054	17.991	50.661	34.077
Seguro (vide Nota Explicativa nº 32)	3.620	2.790	7.652	5.576
Provisão para manutenção	25.129	22.793	42.386	43.736
Custos de construção	95.832	88.577	160.436	184.967
Poder concedente	9.234	6.795	18.738	13.820
Depreciações e amortizações	75.383	66.913	149.529	132.754
Locações de imóveis e máquinas	3.910	2.889	7.456	5.641
Outros custos e despesas operacionais	12.405	11.792	27.365	20.881
	329.902	289.125	619.453	574.790
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	302.595	261.884	566.402	531.409
Despesas operacionais gerais e administrativas	27.307	27.241	53.051	43.381
	329.902	289.125	619.453	574.790

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

Notas Explicativas

28. Resultado financeiro

	Controladora				Consolidado			
	Três meses findo em		Seis meses findo em		Três meses findo em		Seis meses findo em	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Receitas financeiras:								
Receita de aplicações financeiras	5.088	7.645	11.067	17.335	24.203	15.678	49.141	32.228
Variação cambial/monetária sobre empréstimos (*)	-	-	-	-	133	-	13.466	-
Variação monetária ativa	537	(164)	1.248	-	3.337	-2.821	6.832	-
Juros sobre mútuo	12.835	4.789	24.922	7.771	8.759	1.512	17.016	1.512
Outras receitas financeiras	-	619	-	619	28	10.291	46	10.294
	18.460	12.889	37.237	25.725	36.460	24.660	86.501	44.034
Despesas financeiras:								
Juros sobre debêntures	(18.711)	(16.842)	(36.683)	(32.847)	(51.577)	(46.514)	(102.922)	(92.046)
Juros sobre financiamentos	(5.208)	-	(10.092)	-	(16.947)	(6.230)	(48.220)	(12.640)
Variação monetária sobre debêntures	(12.942)	(16.734)	(34.799)	(40.145)	(40.662)	(53.200)	(109.566)	(127.794)
Variação monetária sobre financiamentos	-	-	-	-	(10.104)	-	(10.104)	(5.561)
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre direito de outorga	-	-	-	-	(1.591)	(1.871)	(3.670)	(3.632)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(674)	(1.033)	(1.745)	(2.250)	(1.602)	(2.569)	(4.222)	(5.561)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - interpretação técnica ICPC 01	-	-	-	-	(7.534)	(5.343)	(15.068)	(10.841)
Atual. monetária obrig. sociais	(160)	-	(163)	-	(1.914)	(2.432)	(5.048)	(4.588)
Encargos sobre arrendamento mercantil	-	-	-	-	(13)	-	(13)	-
Outras despesas financeiras	(2.034)	(939)	(3.941)	(1.802)	(8.832)	(1.851)	(13.274)	(3.518)
	(39.729)	(35.548)	(87.423)	(77.044)	(140.763)	(120.010)	(312.107)	(260.620)
Resultado financeiro	(21.269)	(22.659)	(50.186)	(51.319)	(104.303)	(95.350)	(225.606)	(216.586)

(*) A Variação Monetária ativa sobre o empréstimo mantido junto ao BNDES pela controlada Eco101 Concessionária de Rodovias, deve-se ao fato da redução do dólar no período, sendo esta a principal moeda da cesta "UMBNDDES", que é o fator de correção do referido empréstimo.

Notas Explicativas

29. Lucro por ação - controladora e consolidado

a) Lucro básico e diluído por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usados no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
Lucro do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico e diluído por ação	229.468	169.799
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico e diluído por ação	696.715	696.715
Lucro básico e diluído por ação das operações continuadas	<u>0,33</u>	<u>0,24</u>

b) Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua a diluição com base no plano de opções divulgada na Nota Explicativa 25.f, pois o plano é da controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

30. Participação nos Lucros e Resultados (PLR) - Controladora

A Companhia e suas controladas têm como política a administração de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) aos seus funcionários, vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e com o sindicato da categoria. No período findo em 30 de junho de 2016, a PLR foi de R\$3.480 (R\$3.810 em 30 de junho de 2015), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".

Notas Explicativas

31. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - consolidado

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Dívida (a)	1.027.595	1.072.999	3.769.068	3.741.360
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(158.861)	(183.381)	(748.902)	(713.961)
Dívida líquida	868.734	889.618	3.020.166	3.027.399
Patrimônio líquido (b)	842.927	840.035	906.595	896.014
Índice de endividamento líquido	1,03	1,06	3,33	3,38

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com o Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 15, 16, 17 e 20.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por Operações Compromissadas, fundos de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 98,8% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com o Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e

Notas Explicativas

contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas Notas Explicativas nºs 15, 16 e 19.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 30 de junho de 2016 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Mercado
Ativos:			
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	6.304	6.304
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	125.154	125.154
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (ii)	Empréstimos e recebíveis	742.598	742.598
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	61.697	61.697
Empréstimos e financiamentos (iii)	Outros passivos financeiros	856.417	856.417
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	2.912.482	2.912.482
Obrigações com o poder concedente (iv)	Outros passivos financeiros	38.017	38.128

- (i) O saldo das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possui prazos de vencimento, substancialmente, em até 45 dias, portanto, aproxima-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários se aproximam do valor justo nas datas dos balanços.
- (iii) Os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures se aproximam do valor justo na data do balanço.
- (iv) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "Obrigações com o Poder Concedente".

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros.

i) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Notas Explicativas

b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de junho de 2016, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$104.607 (R\$105.115 em 31 de dezembro de 2015), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNDES - Ecopistas	TJLP + 2,45% a.a.	40.462	38.074	35.814	87.802
BNDES - Ecopistas	IPCA + 2,45% a.a.	12.546	7.354	6.921	31.516
BNDES - Cataratas	TJLP + 2,10% a.a.	7.434	6.909	552	-
Finame - Cataratas	TJLP + 6,00% a.a.	242	230	218	197
BNDES - Eco101	UMSELIC+4,87%a.a.	53.812	-	-	-
BNDES - Eco101	TJLP + 3,84% a.a.	32.132	33.510	34.888	345.048
Debêntures - ECS	IPCA + 5,00% a.a.	18.831	12.364	137.229	142.132
Debêntures - Ecopistas	IPCA + 8,25% a.a.	95.774	90.709	110.900	564.503
Debêntures - ECS	IPCA + 5,35% a.a.	50.363	33.071	35.980	928.660
Debêntures - Ecovias	IPCA + 3,80% a.a.	12.435	11.300	172.206	180.845
Debêntures - Ecovias	IPCA + 4,28% a.a.	47.675	43.335	47.185	1.769.019
Debêntures - ECS	CDI + 0,79% a.a.	113.651	94.908	83.473	-
Debêntures ECOSUL	115% CDI	177.247	-	-	-
Debêntures ECOVIA	115% CDI	171.259	-	-	-
Arrendamento Mercantil ECOSUL	25,1% a.a.	116	87	-	-
Obrigações com o Poder Concedente	IGP-M	18.789	21.085	1.972	-
Nota promissória ECS	CDI + 2,50% a.a.	139.944	-	-	-
Nota promissória Cataratas	CDI + 2,65% a.a.	227.104	-	-	-
Finame ECOSUL	6,00% a.a.	62	59	56	75
Finame - Cataratas	2,50% a.a.	50	49	48	152
Finame - Cataratas	3,00% a.a.	57	56	-	-
Finame - Cataratas	TJLP + 2,99% a.a.	371	-	-	-

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do período esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, do IPCA, do IGP-M e das cestas de moedas, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia e por suas controladas:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (f)	Baixa do CDI	60.620	45.465	30.310
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(78.592)	(92.020)	(105.369)
Juros sobre notas promissórias (a)	Alta do CDI	(54.651)	(59.106)	(63.532)
Juros empréstimos e financiamentos (e)	UMSELIC	(2.071)	(2.589)	(3.107)
Juros sobre debêntures (c)	Alta do IPCA	(185.246)	(187.707)	(190.176)
Empréstimos e financiamentos (d)	Alta da TJLP	(36.933)	(45.771)	(54.610)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta do IPCA	(10.846)	(13.557)	(16.269)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente (b)	Alta do IGP-M	(85)	(106)	(127)
Juros a incorrer, líquidos		(307.804)	(355.391)	(402.880)

Os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 30 de junho de 2016 possuem taxa fixa de juros e foram mensurados ao custo amortizado.

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	11,45%	14,31%	17,18%
IGP-M (b)	6,06%	7,57%	9,09%
IPCA (c)	5,39%	6,74%	8,09%
TJLP (d)	7,50%	9,38%	11,25%
UMSELIC (e)	1,672	2,090	2,509
CDI (f)	11,45%	8,59%	5,73%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas

32. Seguros contratados - consolidado

A Companhia e suas controladas têm cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Modalidade	Cobertura
Seguro-garantia	R\$321 milhões
Equipamentos	R\$328 milhões
"All Risk" - responsabilidade civil	R\$951 milhões
"All Risk" - danos materiais	R\$12.143 milhões
Seguro - sede	R\$4 milhões
"All Risk" - perda de receita	R\$1.830 milhões
"All Risk" - operacionais	R\$1.850 milhões
"All Risk" - obras de manutenção e conservação	R\$108 milhões
Veículos	Tabela FIPE

33. Plano de previdência privada - consolidado

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e Administração, para o qual a Companhia e suas controladas e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores, para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No período findo em 30 de junho de 2016, a Companhia e suas controladas contribuíram com o montante de R\$875 (R\$1.327 em 30 de junho de 2015), registrado na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

São Bernardo do Campo - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações dos resultados e dos resultados abrangentes para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 02 de agosto de 2016.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Luiz C. Passetti

Contador CRC-1SP144343/O-3